



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXV Nº 14, TERÇA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2020



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 13^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE MARÇO DE 2020

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	7
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Lamento pelo falecimento do Sr. Benjamin Beze Junior, primeiro suplente do Senador Jorge Kajuru. Preocupações com a proposta de reforma tributária que será apresentada pelo Governo e defesa de uma reforma que onere menos o consumo	7
Senador Chico Rodrigues – Preocupação com a crise da segurança pública no Estado do Ceará e a possibilidade de estender-se a outros Estados da Federação. Proposta de criação de uma guarda nacional dotada de efetivo próprio para fazer frente a questões de segurança pública em todo o Brasil	10
1.2.3 – Convocação de sessão	
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, às 14 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Vetos n ^{os} 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54 e 55/2019, e à sexta eleição para a composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.	13
1.2.4 – Oradores (continuação)	
Senador Confúcio Moura – Críticas à convocação do Presidente Bolsonaro para manifestação que ocorrerá no próximo dia 15. Satisfação com a manifestação de membros do Congresso Nacional e do STF sobre o tema	13
Senador Marcos Rogério – Reflexão sobre o momento político nacional e defesa do entendimento dos Poderes da República em favor do crescimento e do desenvolvimento do País	15
Senador Eduardo Girão – Considerações sobre o término da crise de segurança pública no Estado do Ceará. Comemoração pelo aniversário de 79 anos do Sr. José de Paiva Netto, Presidente da Legião da Boa Vontade (LBV)	21



Senador Elmano Férrer – Elogios à Legião da Boa Vontade. Breve comentário sobre o motim de policiais militares no Estado do Ceará. Saudação em memória dos 40 anos da morte do líder político piauiense Petrônio Portella, que contribuiu para o restabelecimento da ordem democrática no País. Apoio à criação de uma guarda nacional no País, proposta pelo Senador Chico Rodrigues	22
Senador Izalci Lucas – Considerações sobre o Dia Mundial das Doenças Raras, celebrado em 29 de fevereiro. Defesa de reajuste salarial para os policiais militares e bombeiros do Distrito Federal	26
Senador Humberto Costa – Lamento pela atuação do Governo Federal na greve dos trabalhadores da segurança pública no Estado do Ceará. Indignação com o apoio do Presidente da República às manifestações de fechamento do Congresso Nacional e do STF. Solidariedade à Deputada Federal Gleisi Hoffmann por ataque sofrido no Rio de Janeiro. Considerações sobre o orçamento impositivo	31
Senador Eduardo Girão – Defesa da manutenção do Veto nº 52/2019, que aborda o tema do orçamento impositivo. Elogios à Operação Lava Jato. Leitura de menagem do autor Humberto de Campos, psicografada por Chico Xavier	36
1.3 – ENCERRAMENTO	41

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 13ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Comunicação

Do Senador Styvenson Valentim, de mudança do endereço do escritório de apoio de S. Exa. (Ofício nº 97/2020)	43
---	----

2.1.2 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento do Ofício nº 25/2020, na origem, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	45
---	----

Encaminhamento do Aviso nº 102/2020, na origem, do Tribunal de Contas da União, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.	45
---	----

Encaminhamento do Ofício nº 21.266/2020, na origem, da Controladoria-Geral da União, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.	45
--	----

Encaminhamento do Aviso nº 91/2020, na origem, do Tribunal de Contas da União, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.	45
--	----

Encaminhamento do Ofício nº 4/2020, na origem, da Agência Nacional de Telecomunicações, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.	45
---	----

Encaminhamento do Ofício nº 45.879/2020, na origem, do Ministério da Economia, à Comissão de Assuntos Econômicos.	46
--	----

2.1.3 – Recurso

Nº 5/2020, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei nº 5.833/2019.	48
--	----

<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 5.833/2019.</i>	50
--	----



2.1.4 – Requerimentos

Nº 15/2020-CCT, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	52
Nº 16/2020-CCT, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	60
Nº 17/2020-CCT, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	69
Nº 18/2020-CCT, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	78

2.1.5 – Término de prazos

Término do prazo, em 21 de fevereiro de 2020, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei n ^{os} 3.113 e 5.106/2019.	90
Término do prazo, em 21 de fevereiro de 2020, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado n ^{os} 435/2016 e 176 e 218/2018 e do Projeto de Lei n ^º 1.376/2019.	90
Término do prazo, em 21 de fevereiro de 2020, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo n ^{os} 95/2016 e 74 e 219/2017.	90

PARTE III

3 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL. (**Suplemento "A"**)

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL. (**Suplemento "B"**)

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	91
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	94
6 – LIDERANÇAS	95
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	97
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	100
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	104
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	143



Ata da 13^a Sessão, Não Deliberativa,
em 2 de março de 2020

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência dos Srs. Izalci Lucas, Marcos Rogério, Eduardo Girão e Elmano Férrer.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 16 horas e 58 minutos.)



SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Há oradores inscritos.

O primeiro orador é o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Izalci Lucas, é uma satisfação estar com V. Exa. presidindo os trabalhos. Dizem que no Brasil tudo começa depois do Carnaval. Eu espero que comece bem, fortalecendo a democracia, e que essa onda que está no ar aí não seja um movimento que vá ferir a democracia, independentemente de partido, independentemente de cada posição. O processo democrático a gente escreve, inclusive, com pensamentos diferentes, de um e de outro. Agora não dá para ficarem numa onda de ataque à democracia, de ataque ao Congresso, de ataque às instituições, porque todos perdem – perde o Executivo, perde o Legislativo e perde o Judiciário, até porque esta Casa tem votado todos os temas que aqui chegaram.

Mas, enfim, Presidente, eu tinha que fazer esse comentário. Sei que sua posição é a mesma, em defesa da democracia. Com a democracia, tudo; sem a democracia, nada!

Mas eu quero, primeiro, lamentar a falta aqui no Plenário do Senador Jorge Kajuru. Eu liguei para ele no fim de semana, porque faleceu o seu primeiro suplente, uma morte inesperada. O suplente dele, como ele diz, é seu irmão, amigo, companheiro, morreu na Colômbia, estava em uma visita à Colômbia e, infelizmente, faleceu. Ele me relatou que ele estava no quarto do hotel e, quando viram, pela manhã, tinha falecido. Sei que o Senador Kajuru tinha um carinho muito grande pelo seu primeiro suplente, como ele falava sempre: "Paim, ele é meu irmão, meu companheiro, meu amigo".

Mas, enfim, o enterro vai ser hoje, na cidade de Anápolis, às 17h, no Estado em que se encontram os familiares, o Kajuru, enfim, e é por isso que ele não está aqui. Mas ele já me informa que amanhã vai estar presente aqui, no Plenário, e, claro, vai entrar com pedido de voto de pesar em solidariedade a toda a família. E eu adiantei a ele, Senador Izalci, que tanto eu quanto V. Exa. assinaremos o voto de pesar a que ele dará entrada amanhã.

Presidente, eu vou falar de um tema que está para chegar ao Congresso, quer dizer, que já está no Congresso, em duas Comissões, mas pode vir a posição do Governo, é sobre a reforma tributária.

Um dos grandes debates que vamos ver, que vamos testemunhar no corrente ano será o da reforma tributária, uma reforma que julgo ser necessária, mas que, obrigatoriamente, deve observar e corrigir as graves disparidades sociais e econômicas do nosso País.

Um a cada quatro brasileiros é pobre, ou seja, 25% da população. Esse número corresponde à população total – ultrapassa a população de países, eu diria – da Bolívia, da Bélgica, da Grécia, de Portugal e de tantos outros. Já a extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas com renda mensal *per capita* inferior a R\$145 ou com pouco mais de R\$4 por dia, segundo o Banco Mundial.

O País precisa, nosso País precisa de uma reforma tributária justa, solidária, progressiva. Quem tem mais, claro, numa reforma tributária, vai alcançar a mão para aqueles que têm menos. Desnecessário dizer que hoje nossa estrutura de tributação representa um entrave ao próprio



desenvolvimento do País, pois alimenta a desigualdade. Há o reconhecimento, por parte da quase totalidade dos brasileiros, de que temos uma despesa com impostos e contribuições elevada, similar à verificada nos chamados países desenvolvidos. Porém, não dispomos do mesmo retorno em políticas públicas de qualidade.

Sr. Presidente, podemos, claro, aqui, lembrar o quanto é grave e por que estamos preocupados com tudo isso. É por ver que os mais pobres, que aqueles que mais dependem da atuação do Estado são, proporcionalmente, os mais prejudicados no pagamento de tributos. Todos aqui sabemos que a grande maioria dos nossos impostos é indireta, recaindo sobre o consumo com natureza regressiva, ou seja, sobre os produtos de primeira necessidade. Como os mais pobres praticamente não dispõem de renda para poupar, quase a totalidade dos seus salários acaba sendo onerada por essas despesas. O mesmo não ocorre com os mais ricos, que desfrutam da possibilidade de poupar a maior parte de seus rendimentos, não se sujeitando, portanto, a uma tributação da mesma intensidade.

Eu não tenho nada, Sr. Presidente, contra quem é rico ou quem, baseado no seu trabalho, tem lucro. O que nós queremos, e aqui os dados vão mostrar, é que façamos como países de primeiro mundo, onde os que têm fortuna, os que são abastados pagam muito mais do que aqueles que ganham um, dois, três, quatro, cinco salários mínimos.

Nessa configuração, temos que olhar para os mais pobres. Conforme Relatório de Desenvolvimento Humano publicado pela ONU no ano passado, o Brasil é o segundo País do mundo com a pior distribuição de renda entre a sua população, atrás apenas do Catar, quando analisado o 1% dos mais poderosos. Infelizmente, há uma tendência de piora dos níveis apontados tendo em vista as recentes notícias de desmonte de programas sociais de inegável valor distributivo, como é o caso do Bolsa Família.

Nesse contexto, estudo publicado pelo Ipea evidenciou que os 10% mais pobres da população sofriam a maior carga tributária – 32% de sua renda. Essa carga decorria essencialmente da tributação indireta – indireta. À medida que a renda aumentava, ou seja, que considerávamos os mais poderosos, o peso dos tributos indiretos caía e o do direto, daqueles mais pobres, aumentava. Por isso, os mais poderosos têm em torno de 21% de sua renda comprometida com o pagamento de impostos.

Outro dado importante de se lembrar é que, desde 2016, não tivemos a correção, pela inflação, da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Eu falei aqui dos 10% e dos 21%, mas falei também que o mais pobre é 32%.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal e o Sindifisco, se considerarmos o período de 1996 a dezembro do ano passado, a defasagem é de 103,87%. Para se ter uma ideia, quem, hoje, ganha até R\$3,9 mil estaria isento de pagar o tributo caso a correção tivesse sido realizada. Mas não foi realizada. Por isso que pagam e pagam muito. É mais um exemplo da sanha arrecadatória do Estado apenas sobre aqueles que ganham menos em nosso País.

Sr. Presidente, é por isso que tenho reafirmado que devemos empreender uma reforma tributária que não somente venha a simplificar e reduzir tributos, mas que compreenda também um salto qualitativo na oneração dos cidadãos brasileiros. Infelizmente, hoje as principais propostas que circulam pela Casa, aqui e no Congresso, somente buscam unificar os impostos e contribuições, não fazem uma nova distribuição progressiva, justa e que atenda os que mais precisam, ou seja, reduzindo os impostos sobre os bens de consumo.



Não se discute, por exemplo, a correção dessa nefasta regressividade por meio da implementação de instrumentos como o Imposto sobre Grandes Fortunas, lucros e dividendos. Não se vê proposta de tributação de aviões, helicópteros, lanchas, embarcações de festa e bens de luxo, que se encontram à margem da cobrança de impostos específicos.

É por isso que a Oxfam Brasil, entidade de reconhecimento internacional pela qualidade de suas pesquisas sobre desigualdade socioeconômica, tem realizado várias críticas às principais propostas de reforma em negociação e sugerido iniciativas que trariam mais justiça à arrecadação de tributos em nosso País.

Entre essas propostas estariam:

- 1) simplificar e reduzir a tributação sobre o consumo;
- 2) buscar a equidade no Imposto de Renda de Pessoa Física com o fim da isenção a lucros e dividendos, além de maior distribuição das faixas de renda e alíquotas para tributação;
- 3) buscar a equidade no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, para evitar que grandes empresas terminem pagando menos e que as pequenas e médias paguem mais;
- 4) aplicar o ITR, o IPTU rural, nas suas funções sociais e de preservação ambiental, além da sua capacidade arrecadatória nas grandes propriedades;
- 5) adotar o Imposto sobre Grandes Fortunas sobre aqueles que efetivamente acumulam e acumulam muito, muito mais riqueza.

Vejam: são propostas realizáveis e – eu diria até – bem singelas, que, de fato, trariam um salto enorme em direção a uma cobrança de impostos mais justa, democrática e que objetiva o desenvolvimento econômico do nosso País.

Apenas abrindo um parêntese sobre o assunto, gostaria de lembrar que há cerca de cinco anos se encontra em tramitação na Casa o PL nº 315, de nossa autoria, que institui um imposto decente sobre as grandes fortunas ou grandes heranças, se for o caso, como já está previsto no inciso VII do art. 153 da Constituição, de cuja elaboração fiz parte lá em 1988 ainda.

Em minha proposta, esse imposto compreenderá a cobrança de 1% somente sobre o patrimônio que ultrapasse o valor de R\$50 milhões – friso: R\$50 milhões! Não estamos falando aqui mais de um imposto sobre a classe média nem sobre aqueles que são mais ou menos ricos; estamos falando de pessoas muito ricas. Esse é o objetivo. São pouquíssimos brasileiros que dispõem desse patrimônio, e, em uma democracia tão desigual como a nossa, creio que devem, sim, contribuir mais para o bem de todos.

À época da apresentação dessa proposta, estimávamos que, uma vez aprovado o imposto, seria possível uma arrecadação de mais de R\$50 bilhões por ano.

Para se ter uma ideia, isso representa quase o dobro do orçamento previsto do Bolsa Família para este ano, um programa que paga, em média, R\$189 a cerca de 3,5 milhões de famílias brasileiras que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Como não se impressionar com tamanha desigualdade em nosso País, Sr. Presidente!

Mas também defendo que criemos instrumentos para a cobrança de impostos sobre determinados bens de luxo, tais como os que aqui já destaquei.

Segundo o Sindifisco, deixar de tributar grandes fortunas e aquilo que é de luxo, como aeronaves, helicópteros, é abrir mão de R\$5 bilhões por ano de receita. Essa conta não inclui mais de 12 mil aviões comerciais no País.



Sr. Presidente, estou ciente de que o incremento de receitas em razão dessa iniciativa permitiria reduzir as alíquotas de tributos sobre a folha de pagamento e até sobre o consumo, bem como possibilitaria maiores aportes financeiros a fundos de desenvolvimento regionais.

É bom lembrar, Sr. Presidente, que de tudo isso que eu falei aqui, existem países, como Estados Unidos, como França, como Alemanha, como Itália, como Espanha, como Portugal – os países mais desenvolvidos de todos –, que têm uma tributação maior sobre os poderosos e menor sobre aqueles que são considerados pobres e miseráveis. Uma forma de atender isso – não tributar pobres e miseráveis – é não tributar os bens de primeira necessidade, os chamados bens de consumo.

Sr. Presidente, eu vou concluir. Em vista dos temas e propostas que trouxe aqui, realmente faço votos de que consigamos concluir uma reforma tributária boa para todos, para todo o nosso País. E lembro: em países de primeiro mundo – citei alguns aqui e posso citar outros, como Dinamarca, se não citei aqui ainda nesta minha primeira fala, e outros, praticamente todos chamados de primeiro mundo... Sr. Presidente, uma reforma tributária justa, solidária e progressiva que pavimente um caminho de diminuição de desigualdades é boa para todos, porque, quanto mais o povo da classe média, pobre e até miserável tiver poder de compra, mais consumo teremos. E quem vende os produtos que são fundamentais, se quisermos falar da linha branca, se quisermos falar de automóvel, se quisermos falar de arroz, de feijão, de carne e daqueles que possuem mais, porque, se eles vendem mais, também vão ganhar mais, e isso permite que a população tenha uma qualidade de vida bem melhor. Uma reforma que seja efetivamente o motor para o crescimento de toda a economia – se a economia cresce, todos ganham –, que compreenda os valores da justiça, da solidariedade e da sustentabilidade.

Sr. Presidente, é uma fala que fiz tendo como eixo uma reflexão da importância da reforma tributária para todos os empregados, empregadores, consumidores, quem vende, enfim, é assim que gira a roda da economia, gerando mais emprego e renda para todos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabéns a V. Exa.

Já convidou o Senador Chico Rodrigues, que trocou com o Senador Confúcio Moura.

Então, Senador Chico Rodrigues, Democratas, de Roraima.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, brasileiros que nos assistem neste momento através da TV Senado e nos ouvem através da Rádio Senado, o Brasil vive uma crise da segurança pública gravíssima.

A crise da segurança pública no Ceará, iniciada em meados de fevereiro, com um motim de policiais militares que tomaram batalhões, acompanhados de seus familiares, fez o número de homicídios no Estado disparar. Em apenas seis dias, 170 assassinatos foram registrados. Na última quinta-feira, 27, dez dias após o seu início, 195 homicídios registrados.

Manifestações organizadas por policiais insatisfeitos com o ajuste salarial acordado são a base desse aumento da insegurança pública. Parece localizado no Ceará, mas já ocorreu em vários outros Estados e corre o risco de se espalhar pelo País. Esse é um cenário ao qual nos acostumamos ao longo da década de 2010. Sempre nos inícios de ano eclodem rebeliões em presídios devido ao acerto de contas entre facções, reivindicações por melhores tratamentos e revolta dos policiais por melhores salários, etc.



A insegurança é uma evolução dos distúrbios internos derivados em parte de movimentos reivindicatórios das polícias estaduais e em parte da ampliação do crime organizado, em especial daquele relacionado ao tráfico de drogas. Esse tipo de crime tem agido de forma coordenada e organizada, em nível nacional, diante de uma polícia descoordenada e pouco capaz de fazer frente a sua missão institucional, apesar da dedicação inquestionável dos policiais militares que compõem as gloriosas polícias militares dos diversos Estados do nosso País e do Distrito Federal. Isso tem gerado terror e pânico às populações dos Estados onde ocorre.

Sr. Presidente, nobres colegas, venho a esta tribuna do Senado Federal propor uma solução perene para as crises de segurança pública que vivemos há muito tempo e que nesta hora se mostram de forma mais alarmante no Estado do Ceará, qual seja: a criação de uma guarda nacional dotada de efetivo próprio para fazer frente a questões de segurança pública em todo o Brasil.

Não é apenas o forte aumento da criminalidade no Ceará neste início de 2020 que nos motiva a fazer esta proposta. O que ocorre no Ceará neste início de ano não é algo isolado ou passageiro.

Ainda estão fortes em nossas memórias as cenas de vandalismo a que assistimos, no início de 2019, naquele mesmo Estado, quando o crime organizado resolveu enfrentar o Estado de direito, fechando o comércio; declarando toques de recolher; incendiando frotas de ônibus, lojas comerciais, revendas; interrompendo a coleta de lixo e outros serviços e expondo um cenário de terror que amedrontou a população do Ceará e de todo o Brasil. Cenário muito semelhante ocorreu no Rio de Janeiro, ao longo do ano de 2017, o que acabou levando à intervenção naquele Estado em 2018.

Sr. Presidente, nobres colegas, quem aqui se lembra das cenas de violência e vandalismo que tomaram conta de nosso cartão postal, a linda cidade do Rio de Janeiro? Tiroteios e mortes nas favelas, incêndio de ônibus bloqueando vias públicas, saques nas lojas, confrontos no Complexo do Alemão? Quem não se lembra desses momentos fatídicos no Rio de Janeiro?

O Estado brasileiro está fraquejando numa das razões básicas de sua existência, que é o uso da força coercitiva para garantir a segurança pública, protegendo os seus indivíduos e a sociedade brasileira contra a violência de qualquer natureza seja contra si, bens ou direitos, garantindo a manutenção da lei e da ordem.

Diante da eclosão de cenas repetidas de casos de violência urbana e crises da segurança pública que presenciamos na década que se acabou nesta que se inicia, percebemos que o Estado brasileiro assiste, quase que passivamente, ao crescimento da criminalidade, sem conseguir fazer frente ao anseio expresso nas últimas eleições gerais por um estado de segurança e redução da criminalidade urbana.

E, aqui, um ponto importante: se houve um fator preponderante nas eleições passadas foi a insegurança dos brasileiros diante da escalada da violência urbana. Não precisamos ir longe, é só olhar o resultado da eleição em nossa Casa para perceber essa mensagem estampada na composição dos nossos novos Senadores.

Na primeira década deste século, o Governo criou a Força Nacional. Ela é um programa de cooperação de segurança pública coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, que é eficiente emergencialmente. Na prática, no entanto, tem um efeito simbólico. Com a sua estrutura, o Estado não consegue atender a todas as demandas.

A falta de segurança pública levou o Governo Federal a intervir no Rio de Janeiro em 2018, quando o Gen. Walter Souza Braga Netto, atual Chefe da Casa Civil do Governo do Presidente Bolsonaro, assumiu o comando das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros do Estado do



Rio de Janeiro. A intervenção federal em um Estado é algo grave e prescinde de autorização do Congresso Nacional. Não é algo corriqueiro.

É verdade que a intervenção no Rio de Janeiro conseguiu recuperar a capacidade operativa dos órgãos de segurança do Estado e reduziu os índices de criminalidade que estavam em escalada assustadoramente grande de crescimento.

Em muitos casos, como agora no Ceará, as Forças Armadas têm sido chamadas para contribuir por meio das operações de garantia da lei e da ordem previstas na Constituição, contrariando o próprio texto constitucional, que prevê apenas sua utilização nas questões de segurança interna e externa.

Nesse sentido, nem a Força Nacional é um instrumento perene para participação do Governo Federal na garantia da ordem e da segurança urbana, nem o uso das Forças Armadas deveria se tornar uma constância para esse fim. E muito menos se deveria popularizar o uso do instrumento da intervenção federal.

A intervenção federal nos órgãos de segurança, assim como as operações de garantia da lei e da ordem, são ações limitadas no tempo e de efeito temporário e de grande sacrifício para a sociedade e para as nossas gloriosas Forças Armadas.

Assim, minha proposta de se criar uma guarda nacional com efetivo permanente e capacidade de ação rápida é a resposta certa e adequada para essa questão, qual seja encampar as atividades de segurança interna do nosso País.

Essa é uma experiência exitosa em países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a França; e, na América Latina, como o Chile e na Argentina.

Sr. Presidente, nobres Senadores, senhoras e senhores telespectadores brasileiros que nos assistem nesse momento, o sistema nacional de segurança pública, como todos sabemos, está em crise. O Estado brasileiro fraqueja em uma de suas missões básicas: o uso da força coercitiva para garantir segurança a seus cidadãos. É necessário um controle maior por parte do Estado. E a solução que nós vemos nesse momento é a criação dessa força nacional, dessa guarda nacional, que resolveria substancialmente esse problema. Precisamos com urgência criar a guarda nacional, com estrutura efetiva, para fazer frente aos movimentos contrários à ordem pública e rebeliões em presídios e até mesmo para auxiliar em questões ambientais, por que não? Com isso, o Exército ficaria desonerado para cumprir sua missão constitucional.

Essa é a resposta que a sociedade brasileira está esperando deste Congresso Nacional e de nosso Governo. Este é o momento adequado de se fazer algo concreto para lidar com tema tão complexo.

Sei das dificuldades fiscais que passamos, mas imagino que os recursos financeiros possam vir, parte dos pagamentos de fianças e multas, bem como das loterias da Caixa Econômica Federal e parte do Fundo Nacional de Segurança Pública. O quartel central deveria ser em Brasília, com apoio logístico e de inteligência, para o enfrentamento em todo o Território nacional.

Sr. Presidente, caros colegas, garantir a segurança pública dos brasileiros é uma das minhas metas nesta Casa Legislativa.

No ano em que fui Governador de Roraima, a criminalidade caiu significativamente. Essa redução está registrada em vários estudos sobre criminalidade. E os motivos são sobejamente conhecidos: era a saturação com o policiamento em toda a capital e no interior, dando pouca margem de manobra aos marginais. Infelizmente, a segurança pública agora está sofrendo no meu



Estado com a migração venezuelana. Tenho certeza de que, se tivéssemos uma guarda nacional operante, os reflexos dessa migração na segurança de meu Estado seriam bem menores.

Estejam certos de que, da mesma forma que luto diuturnamente para a melhoria dos indicadores de segurança em meu Estado, lutarei junto ao Governo Federal e a este Senado da República para que consigamos criar a guarda nacional e, com ela, dar a resposta à demanda por aumento na segurança pública e pela redução da criminalidade.

Meu caro Presidente, gostaria de mostrar, apenas como um indicador de tendência, que o papel político e institucional dessa guarda nacional é de uma possibilidade de capilaridade inquestionável. Nós vemos exatamente, como já foi dito aqui, no caso do México, dos Estados Unidos, do Chile e da Argentina, que têm as suas guardas nacionais, a possibilidade de deslocamento de forma rápida para qualquer evento, episódico ou não, que venha a acontecer em Território nacional.

Tenho certeza de que hoje há um clamor por parte da nossa população. Tenho certeza de que a vontade indomável e inquestionável do Presidente Jair Bolsonaro de transformar essas questões em questões de Estado fará com que haja um estudo mais minucioso agregado àquele que apresentaremos para que possamos, em um espaço curto de tempo, criar a guarda nacional no nosso País. Tenho certeza de que essa guarda nacional, apenas pelo efeito psicológico, já vai criar um diferencial para a população brasileira se sentir em tempo real protegida.

Gostaria, encerrando este meu pronunciamento, de concluir todos os meus colegas, Senadores e Senadoras, para que possamos nos aliar nesse sentimento e levar essa proposição ao Governo do Presidente Jair Bolsonaro, através do seu Ministro da Justiça, Ministro Sergio Moro, que tem sensibilidade suficiente para decodificar de uma forma mais expedita e mais rápida essa proposição e nós possamos colocar à disposição da sociedade brasileira essa guarda nacional efetiva e permanente para garantir o direito do cidadão.

Era esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

Muito obrigado pelo tempo que me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Parabenizo V. Exa. e já convido o nobre Senador Confúcio Moura também para fazer o seu pronunciamento.

Enquanto o Senador Confúcio chega, eu quero ler aqui um comunicado.

A Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Parlamentares que está convocada uma sessão do Congresso Nacional para amanhã, terça-feira, dia 3 de março de 2020, às 14h, destinada à deliberação dos Vetos nºs 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54 e 55, de 2019, e à sexta eleição para a composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Com a palavra o Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Izalci Lucas, meus queridos colegas Senadores que estão chegando desse longo período de feriado de Carnaval, hoje eu fujo um pouco dos discursos habituais.

Eu quero falar aqui sobre essas declarações de militares que servem ao Planalto e também do próprio Presidente, que fez algumas manifestações que tiveram grande repercussão nacional. Eu faço um discurso nesse sentido. Ao final, eu conclamo o bom senso e a moderação que devem ser o basilar de qualquer autoridade, qualquer Presidente, Governador ou Prefeito no transcorrer do seu mandato.



Isto, Sr. Presidente, que foi falado não pode ser falado. O Presidente é Presidente e como tal deve se comportar. Do Presidente tem que irradiar propósitos positivos e inspiradores de comportamentos da sociedade para que o nosso País, que vem se arrastando no longo das crises, possa ser encaminhado para o lado dos ajustes de suas contas e das reformas estruturantes que são necessárias.

O Presidente desafiar o Congresso Nacional e o Poder Judiciário é inconcebível. Usar redes sociais, insuflando a população a comparecer em massa nas ruas, no próximo dia 15 de março, não se pode aceitar, uma vez que não há motivo significante para essa manifestação. Se for uma jogada de *marketing*, por certo terá um fim prejudicial ao País.

O Presidente precisa esclarecer, sem meios termos, que não apoia a convocação de uma manifestação em sua defesa e contra o Congresso Nacional. Os cidadãos são livres para se manifestarem contra quem bem entenderem, mas um Presidente da República não. Ele não é um cidadão comum e não pode permitir que seu nome seja usado para alimentar um protesto contra os demais Poderes constituídos.

Eu não tenho compromisso, Sr. Presidente, com nenhuma forma de radicalismo. Exausto de ver, ao longo da minha vida e da história, nosso País patinar em cima de crises, eu quero votar as reformas para contribuir com o País, para que possa, com políticas sérias e necessárias, tomar outro rumo que não seja o da mediocridade, mas o do efetivo desenvolvimento. Eu quero que a classe política dê bons exemplos e abrace grandes causas, deixando o populismo, o imediatismo, o medo de fazer o que deve ser feito de verdade.

A manifestação de general que serve ao Planalto e as mensagens do Presidente vieram da possibilidade ou não, Senador Izalci, de se manter ou derrubar o veto à Lei Orçamentária de 2020. Olha bem uma coisa dessa. A manutenção do veto neste momento vem ao encontro do princípio da precaução, muito usado quando não se conhecem ainda as consequências de determinado ato ou de experimento. Consequentemente eu votarei pela manutenção do veto. Eu votarei pela manutenção do veto do Presidente. Mas um ponto ainda polêmico são as emendas de Comissão. Dessas, cabe às Lideranças, hoje ou amanhã, negociar limites. Isso é certo. Se for esse o motivo de manutenção do veto, com certeza, o Congresso estará de acordo com deixar a execução orçamentária com a equipe econômica, como sempre foi. A economia depende de um fator importante, que é a confiança. As opiniões e as palavras de um Presidente ou ministro caem como uma bomba no comportamento dos investimentos, principalmente nas oscilações da bolsa de valores. E tudo é muito sério.

Da minha parte, o Presidente pode retirar do ar o seu "zap" de convocação, porque eu mesmo não concordo com entregar o destino do orçamento da União ao Deputado ou Senador que venha a relatá-lo no ano anterior. Acho muito perigoso. E o Presidente deve governar o Brasil para 210 milhões de brasileiros, e não para 35 milhões de seguidores em suas redes sociais. É a esses que o Presidente jura lealdade – 35 milhões –, embora tenha sido eleito para governar a Nação dentro das normas democráticas.

Eu não tenho nenhuma saudade da ditadura militar do Brasil. Foi um período tenebroso, que pouca contribuição deixou ao País e que poderia ter aproveitado para fazer coisas boas devido ao controle rigoroso que exercia sobre o Congresso e a maioria esmagadora de que dispunha no Parlamento. Poderiam ter implantado reformas necessárias naquele período de exceção, um projeto nacional de educação – como o Chile fez –, modernizar o Estado brasileiro, simplificar e



desburocratizar a vida do empresariado brasileiro, e o País preparado para o comércio global. Isso não foi feito. Isso não foi feito e agora temos que fazer passo a passo, degrau a degrau.

Fazem bem o Congresso e o Supremo Tribunal Federal em se manifestarem de modo sereno, mas firme sobre o comportamento do Presidente e de seus seguidores. Enfim, as reformas dependem muito mais do Congresso do que do Governo. Nada pode atrapalhar o ritmo das reformas em tramitação no Congresso Nacional, porque elas são balas de prata em que o povo brasileiro põe fé e esperança.

E o Congresso Nacional, Sr. Presidente, tem feito a sua parte – o senhor bem sabe disso –, muito bem feito e, agora, para a superação dessa crise ou aparente crise, que espero, irá, com certeza, contribuir com a aprovação das reformas que estão em tramitação na Casa.

O Ministro Paulo Guedes – semana passada, esses últimos dias, têm saído notícias de rodapé se ele fica ou não fica no Governo – eu recomendo que fique à frente do Ministério da Economia, fortalecendo e conduzindo junto ao Congresso as necessárias reformas, porque, sem elas, o Brasil não vai resistir e poderá ser, de verdade, como se diz em muitos países da América Latina e Central... Se não for feito nada pelo País, nós poderemos nos transformar, verdadeira e infelizmente, numa República de bananas.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa.

E já convidado o Senador Marcos Rogério para fazer o seu pronunciamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, nobre Senador Izalci Lucas, Sras. e Srs. Senadores, os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado Federal, nossa saudação!

O tema me traz à tribuna no dia de hoje, Sr. Presidente, é reafirmação de confiança no Brasil, uma reflexão sobre o momento político, uma defesa do entendimento dos Poderes em favor do País.

Senhores e senhoras, ocupo esta tribuna mais uma vez para uma reflexão sobre o momento político nacional e uma defesa do entendimento entre os Poderes da República. Todos somos testemunhas do quanto nosso País já amargou prejuízos com processos de instabilidade política. Já perdemos muito tempo. Pelas riquezas que possui, o Brasil, um País de dimensão continental, já deveria estar, há muito tempo, entre os países mais desenvolvidos do mundo. Não era mais tempo de ainda estarmos tentando, por exemplo, entrar para organismos internacionais como a OCDE. A posição do Brasil no cenário mundial já poderia ser muito melhor não somente em economia, mas em educação, saúde, ciência, tecnologia, inovação, transportes e tantas outras áreas para as quais temos uma inegável vocação e potencial.

Apesar das fricções do momento, sigo confiante e esperançoso de que o Brasil, definitivamente, entrou em um novo tempo, tempo de reestruturação, de modernização da máquina pública, de reformas profundas, abrangentes, de abertura de janelas de oportunidades para todo o País, a partir, especialmente, de novos investimentos públicos e privados.

Desde que assumi a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal na condição de Presidente, passei a estudar mais de perto a realidade de áreas vitais para o crescimento do País, como a de energia, de recursos minerais, de produção agrícola e animal, além de transporte e telecomunicações. Estou convencido, Sr. Presidente, de que não há possibilidade de se pensar em um progresso duradouro para o País sem um Estado mais enxuto, que tenha mais recursos para



investir, especialmente, em infraestrutura. Pensar o País, portanto, é um desafio que todos nós temos, e isso não deve ficar comprometido por causa de fricções entre Poderes. Não podemos viver revolvendo depósitos de intrigas. Recuso-me a pensar o Brasil a partir de quizilas, questões paroquiais, assim como tenho pautado minha atuação na defesa do meu Estado de Rondônia. Tenho ignorado hostilidades e provocações pontuais de setores que já estão preocupados com as eleições de 2022. Considero isso uma grande temeridade, uma perda de tempo. Rondônia tem desafios urgentes a serem vencidos, alguns que não podem ser enfrentados sem aporte inclusive de recursos federais.

Nessa área, tenho trabalhado com firmeza, sendo vigilante na defesa de investimentos em áreas vitais para o progresso do Estado de Rondônia e de seus Municípios. Como representante de Rondônia, entendo que não posso permitir que meu Estado perca boas oportunidades de crescimento. Isso é natural para qualquer membro das bancadas federais, mas, para além das áreas que precisam de aporte de recursos da União, Rondônia tem muitas demandas que são de responsabilidade exclusiva do Governo do Estado, e, nesse sentido, torço para que o Governador Marcos Rocha consiga fazer frente a essas necessidades. Há muito o que fazer em Rondônia. Eu não me sentiria confortável em pensar diferentemente em relação a qualquer administrador de qualquer esfera da Administração Pública.

Quem está à frente do Governo, seja federal, seja estadual ou municipal, precisa ter apoio para que desenvolva uma boa gestão atendendo, o quanto possível, às expectativas da população, que contribui diariamente gerando riquezas para o seu trabalho.

Como Senador, tenho pautado minha atuação exatamente nessa direção, com essa perspectiva. Estou focado nas grandes discussões que interessam ao País e voltado para um planejamento de investimentos de interesse do meu Estado de Rondônia. No plano dos Municípios, tenho trabalhado junto aos Prefeitos, olhando as necessidades locais e não a sigla partidária de quem quer que seja o administrador.

Rondônia, assim como todo o País, precisa – e por isso espera – de mais investimentos da área federal. Hospitais de grande porte, aeroportos e a duplicação da 364, a nossa BR federal, são apenas alguns dos exemplos de demandas inadiáveis. Agora, só conseguiremos avançar nessas áreas, fazer isso acontecer em favor não somente de Rondônia, mas do Brasil, se conseguirmos sanear o Estado brasileiro.

Considero que, aqui nesta Casa, o Senado da República, precisamos pensar o País num processo que nos permita defender nossos Estados, sem deixar de pensar, todavia, que são unidades de uma mesma Federação, Senador Elmano. Fazemos parte de um corpo nacional, razão por que um Estado não pode se sentir inimigo do outro, porque precisamos ser parceiros em uma empreitada só: o crescimento do País.

O saneamento do Estado brasileiro não é uma tarefa simples ou rápida e que possa ser executada somente por um dos Poderes. O Executivo sozinho não terá condições de dar ao Brasil uma máquina pública eficiente. Aliás, é princípio constitucional a busca da eficiência. O LIMPE do art. 37 da Constituição vai falar de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, na Administração Pública moderna, há um outro princípio que está embutido dentro desse conceito todo: economicidade. Sem a busca, a concretização desses princípios maiores, formadores da Administração Pública não se consegue fazer aquilo que precisa ser feito dentro da lógica da Administração Pública.



Além do aspecto do enxugamento de gastos, temas como a reforma tributária e fiscal dependem de uma conjugação de pensamento e esforços. Todos sabemos que o papel legislativo é do Parlamento, mas ninguém ignora que verdadeiras guerras tributárias costumam se arrastar por longos anos nos tribunais, gerando insegurança jurídica. Um levantamento feito em 2019 junto ao Supremo Tribunal Federal indica que os casos tributários são os que mais movimentam a repercussão geral na Corte, sobrestando temas de forte impacto econômico, relativos, especialmente, à incidência tributária no Brasil inteiro. Todos os Estados da Federação sofrem com isso, ou seja, o Parlamento legisla, mas muitas mudanças são suspensas por força de decisões do Judiciário. Esta é a realidade!

Nós estamos vivendo agora a chamada "judiciocracia" de coalizão. O Parlamento vota, o Presidente da República sanciona e aí é preciso esperar uma terceira instância para saber se aquela regra vale ou não vale. E pior, Senador: muitas vezes, uma decisão da lavra de um único ministro só. Os Poderes da República funcionando na sua plenitude e um magistrado, com uma caneta, põe abaixo tudo o que o Parlamento fez, com a aprovação nas duas Casas e a sanção do Presidente da República. Que democracia é essa? Que Estado democrático de direito é esse onde não há respeito entre as instituições? Porque uma decisão monocrática que desafia a decisão de um outro Poder da República, com todo o respeito, é uma violência, é uma agressão à separação dos Poderes.

Quando se reconhece a repercussão geral de um tema no STF, centenas ou milhares de recursos que discutem a mesma matéria ficam sobrestados nos tribunais estaduais. É por isso que uma reforma tributária descomplicada e sem ambiguidades é fundamental para evitar aumentar o excesso de judicialização que existe em nosso País. Diferente não é em relação a outras reformas, como, por exemplo, a reforma administrativa.

Por tudo isso, não tenho dúvidas, o tempo é de serenidade, e não de conflito; de pacificação, e não de estimulação de atritos entre os Poderes. As instituições estão sólidas e precisam continuar funcionando, e funcionando bem.

Tenho apresentado severas críticas ao Supremo Tribunal Federal – V. Exa. sabe disso. Em que pesem entendimentos e compreensões diferentes em relação a alguns instrumentos, desta tribuna tenho vocalizado críticas severas ao Supremo Tribunal Federal, especialmente por sua conduta legiferante, quando pretende substituir o Parlamento brasileiro.

Se querem fazer o papel do Parlamento brasileiro, dispam-se das togas, disputem as eleições e venham ocupar assento no Parlamento. O papel de legislar, o papel legiferante é de quem passou pelas urnas. Não desconheço o papel relevante que há na função julgadora, mas que cada um cumpra o seu papel. É exatamente isto: cada um cumprindo o seu papel dentro dos estritos termos do comando constitucional. O limite de todos os Poderes é a Constituição.

Houve um tempo em que – e a história registra a história do moinho – alguém ousou invocar uma frase que se tornou célebre: "Ainda há juízes em Berlim!". O soberano tem poder, mas não é todo o poder. No Brasil, nós precisamos empunhar não essa frase, mas empunhar o livrinho da capa verde e dizer: "Ainda há Constituição Federal no Brasil!". Uma Constituição a vincular os Poderes, os seus membros, os representantes.

Ninguém pode estar acima da Constituição Federal. Quando alguém se acha acima da Constituição Federal é o fracasso do modelo republicano, porque o que nos baliza a todos e que nos garante proteção é obediência à Constituição Federal. Quando há desafio a ela, todos estamos desprotegidos.



Então, Sr. Presidente, este e outros debates fazem parte do funcionamento dinâmico do sistema de freios e contrapesos, idealizado por Montesquieu. Não dá para pensar o Estado brasileiro fora disso. Eu tenho debatido muito isso aqui e gostaria de trazer esse tema novamente à reflexão.

Senador, ouço V. Exa. com muito prazer.

O Sr. Elmano Férrer (PODEMOS - PI. Para apartear.) – Meu nobre Senador Marcos Rogério, Sras. e Srs. Senadores, V. Exa. traz um tema da mais alta relevância para esta Casa, inclusive pela oportunidade de seu pronunciamento.

Nós estamos vivendo um momento, no meu entendimento, que requer o diálogo, o entendimento, a articulação desta Casa, que é a Casa da Federação, a Casa do Estado nacional.

Creio que todos nós que fazemos o Senado da República, que representamos os Estados e a própria instituição Estado brasileiro, com os Estados Federados e os Municípios, temos neste momento um grande problema a resolver. Antevejo, eu diria, uma crise. Talvez ela não se concretize, não se materialize, porque esta é a Casa do diálogo e do entendimento. Creio que essa é a nossa missão neste instante, em que vislumbramos no horizonte, quando V. Exa. fala em harmonia entre os Poderes, antevemos no horizonte um horizonte turvo, talvez uma incompreensão e uma falta de sensibilidade. E devemos buscar isto: que a harmonia e a independência ou interdependência entre os Poderes do Estado se fazem hoje mais necessárias do que no passado. E creio que esta é a nossa missão: buscar o entendimento e o diálogo.

V. Exa. foi feliz quando falou na repartição dos Poderes, na teoria e na realidade de Montesquieu de um passado que concebeu o Estado dentro dessa tripartição.

Então, eu creio que nós estamos vivendo uma crise do Estado brasileiro. Nós temos que reinventá-lo. Nós temos que discutir a situação do Estado e, dentro dessa crise, a crise federativa, dos Estados membros da Federação, dos Municípios, sobretudo dos grandes Municípios, das grandes cidades, num país em que, de cada 100 habitantes, 84 estão nas cidades – é um país urbano. Embora com menos gente na área rural, estamos produzindo cinco, seis vezes mais do que produzíamos há 36, 38 anos.

Então, nobre Senador, V. Exa. traz um tema que eu repto da mais alta relevância e importância. E cabe a esta Casa, cabe ao Senado da República discutir questões tão relevantes como as que V. Exa. traz aqui nesta tarde, num momento em que o País está perplexo.

Nobre Senador, meus caros Senadores e Senadoras, nós estamos vivendo uma mudança no País, com um governo eleito majoritariamente, cujas metas, princípios e discurso estão sendo implementados. Então, creio que nós, como um país democrático... Não há, Sr. Presidente, meu nobre e estimado Marcos Rogério, quem nos detenha no cumprimento do que V. Exa. falou da nossa Constituição. E creio que as instituições do Brasil estão fortes para superar todos esses desencontros em que nós políticos estamos jogados, mas jamais nós nos deixaremos embriagar e cair por descaminho.

Então, eu queria só me somar ao que V. Exa. trouxe para esta Casa no seu pronunciamento, porque eu creio que é em cima do que V. Exa. falou aqui que nós devemos trabalhar, principalmente neste momento que nós estamos vivendo no País.

Era isso que eu queria pronunciar. Eu me somo às palavras do nobre e estimado Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Elmano Férrer, por todos nós admirado e respeitado, sobretudo por sua sobriedade, por sua experiência, senso público. Isso é muito importante.



Senador Girão, é comum a qualquer sistema de freio a ocorrência de fricções. O que não podemos é cogitar, Senador Elmano, a paralisação do veículo, o comprometimento do funcionamento regular da estrutura móvel, dinâmica e progressiva, que é o Estado nacional, é isso que não pode acontecer.

Agora, é preciso ter em mente também que há muitos que sobrevivem da crise, sobrevivem do caos. Quando há pacificação, há harmonia, há senso comum, há objetivo comum, há aqueles que ficam à margem, não aparecem, não são vistos, não são lembrados. Quando há crise, eles aparecem, não como solucionadores do problema, não, mas crescem no caos.

É preciso entender a quem servimos, porque o Brasil real está lá fora, está nas ruas, nos bairros, nas cidades, são as pessoas reais.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O País não pode parar ou sofrer solução de continuidade, especialmente nos processos de reforma, que são fundamentais para que o Estado seja mais eficiente e o Governo recupere sua capacidade de investimento. O Brasil não pode parar. Além de buscar ter dinheiro para investir em obras públicas, o País precisa de mais investimento do capital privado em áreas atualmente travadas e que são vitais para o progresso da Nação.

Quem não se lembra da realidade que vivíamos no campo da telefonia e o avanço que o Brasil teve quando abriu o capital privado? É evidente que o setor ainda enfrenta problemas, mas ninguém pode negar o acesso que se deu à população. O que não se pode é ter como natural a manutenção de monopólios que gerem prejuízos. E há quem defende isso – há quem defende isso.

Essa equação é injusta especialmente para a população que, no final, é quem paga a conta pela ineficiência empresarial do Estado. O Estado não é bom empresário. As estatais do Estado, com pouquíssimas exceções, só geram déficits, só geram prejuízos. E há gente que defende esse aparelho. E há gente que defende isso. Isso é como atentar contra o interesse nacional, o interesse das pessoas. O Estado não produz riqueza. Quem produz riqueza são as pessoas, as empresas. Quem trabalha e produz é quem paga a conta. E há quem defende esse estado de coisas que está por aí. É preciso enfrentar isso.

Existem áreas vitais que precisam, sim, Senador Girão, continuar sob o controle público. E mesmo as áreas privatizadas devem permanecer obedecendo a regras fixadas pelo Estado. O Estado não perde o controle absoluto. Esse processo, aliado às reformas, é o que esperamos que realmente traga um futuro melhor para o Brasil, com efeitos especialmente no mercado de trabalho, reduzindo o desemprego, gerando mais oportunidades, renda, desenvolvimento.

Já começamos a ver uma sensível queda nessa nefasta taxa. O IBGE divulgou, na sexta-feira passada, uma leve queda na taxa do desemprego no Brasil, que ficou em 11,2%, no trimestre encerrado em janeiro de 2020, contra 12% no mesmo período do ano passado. A queda é de 0,8%. "Ah, não é muito." Para aqueles que ingressaram no mercado de trabalho e estão com a carteira de trabalho assinada, trabalhando, garantindo renda para a casa, fez diferença. É preciso reconhecer. A massa de desempregados está diminuindo. Ainda que o processo seja lento, é um excelente sinal.

É por essas e outras razões que finalizo dizendo que mantenho minha esperança em um futuro melhor para o Brasil já para os nossos dias. Não é para o futuro, não. Vislumbramos isso já para os nossos dias.



A visão do Presidente Bolsonaro e de sua equipe de Governo nos estimula a continuar acreditando que os índices da economia vão continuar reagindo bem, repercutindo diretamente no dia a dia do povo brasileiro.

Assim como em 2019, neste ano de 2020 o Congresso certamente fará a sua parte nesse processo. O Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, têm sido fundamentais nessa engenharia, especialmente das reformas estruturantes de que o Brasil precisa. Não se pode conceber o avanço das reformas sem agenda legislativa inteligente e dinâmica. E as Presidências da Câmara e do Senado têm demonstrado esse compromisso.

Vamos continuar avançando! O Brasil depende daquilo que discutimos e votamos aqui dentro. E temos que fazer isso dialogando com a sociedade. Durante muito tempo, especialmente o Parlamento e não só o Parlamento, os demais Poderes – porque isto aqui é uma roda onde todos têm o seu papel, é uma engrenagem onde todos têm o seu papel; e, quando um não funciona bem, os demais se comprometem –, durante muito tempo as forças representativas da sociedade agiram, atuaram de costas para ela, sem ouvi-la, sem respeitá-la, entregando aquilo que ela não buscava e de maneira ineficiente e que levou o Brasil ao caos que nós estamos enfrentando e aos poucos superando.

Os sinais nos mostram que estamos saindo do fundo do poço. Já conseguimos ver uma luz no horizonte. Mas é preciso continuar nadando. É preciso continuar enfrentando tormentas, ondas altas, outras mais baixas, mas enfrentando para chegar ao porto seguro que o Brasil precisa.

É papel de todos nós devolver o Brasil aos brasileiros que trabalham, produzem, acreditam e querem um Brasil decente.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Girão.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – o senhor me permite um aparte nesse seu encerramento?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ouço V. Exa., com o maior prazer.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) Para apartear.) – Senador Izalci, rapidamente, só para fazer uma consideração.

O seu brilhante discurso, um pronunciamento com muita serenidade, como sempre, é uma aula aqui. Eu fico sem piscar assistindo à sua fala, porque o senhor tem muito conhecimento, não é de hoje. Eu já o admiro há algum tempo. O que o senhor falou é a mais pura verdade: no Brasil, o nosso Estado é um Estado pesado, cheio de burocracia.

Eu fico imaginando as pessoas saindo para trabalhar, às cinco, seis horas da manhã, para ganhar o seu pão, a pessoa do comércio pequeno, da padaria, o empregado. A gente aqui cria muito problema. O Governo cria muitos obstáculos, um atrás do outro, enquanto deveria facilitar.

Essas estatais que o senhor colocou, com raras exceções, tinham que ser todas vendidas mesmo, Senador Elmano, todas vendidas. A gente sabe para que servem. Servem para cabide de emprego.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Servem para contemplarem interesses eleitorais muitas vezes, para serem saqueadas, como foram nos últimos governos.



Então, chegou a hora de romper, de quebrar um paradigma, de o Brasil ter um Estado mais enxuto, mais eficiente, mais leve, para atrapalhar menos a vida das pessoas. Eu acho que o caminho é esse. E o senhor conte comigo, conte comigo para que a gente possa votar...

Acredito também, por mais que tenhamos críticas ao Governo atual, que essa era uma ruptura que precisava acontecer, ruptura com um sistema político corrupto, apodrecido, carcomido e que tinha que haver um governo para romper com isso. Temos uma postura independente aqui no Senado Federal, mas acreditamos que o balanço é um balanço positivo, como o senhor bem colocou. Já existe uma luz raiando, já existem algumas posturas em que já se veem alguns resultados, mas precisamos continuar. A braçada tem que ser mais forte ainda, porque a correnteza vem para te trazer de volta.

Então, a gente precisa sequenciar com muita fé em Deus, porque quem está no comando é Jesus. A gente sabe disso. Nós somos meros instrumentos, imperfeitos e limitados. Mas a gente está podendo fazer parte dessa história. E eu espero que seja uma história, como o senhor bem colocou, de boa notícia, porque o povo brasileiro está cansado de tanto ser lesado, de tanto ser roubado, de tanto atraso nos últimos tempos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Girão, e ao Senador Elmano também pelos apartes. Peço que sejam incorporados ao nosso pronunciamento os dois apartes que foram apresentados.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Exa. com o pronunciamento que faço. No dia de hoje, acho que essa é uma reflexão que todos nós devemos fazer, pelo momento que o Brasil está vivendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabenizo V. Exa. e já convido o Senador Elmano Férrer a fazer o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Só queria, Presidente Senador Izalci Lucas, enquanto o nosso Senador Elmano Férrer se encaminha para a tribuna, para fazer mais um pronunciamento com muita lucidez, como ele sempre coloca, um homem de diálogo, eu quero aproveitar aqui para agradecer a presença do Senador Elmano Férrer no Estado do Ceará, um desprendimento fora do comum. Liguei para ele naquela crise da segurança pública que nós vivenciamos e que, graças a Deus, terminou ontem, com muito bom senso, pela parte tanto dos policiais, como do Governo do Estado – temos que reconhecer.

O Senador Elmano Férrer, assim como o Senador Major Olímpio foram de uma presteza, de um senso público nacional que me comovem, me comoveram na época e me deixam comovido ainda hoje na busca do diálogo. Nós exercemos lá, Senador Marcos Rogério, o diálogo, ouvimos um lado, ouvimos o outro, e o Senador Elmano Férrer foi ao Ceará – poucos sabem, mas ele é cearense e foi eleito pelo povo do Piauí; nasceu no interior do Ceará, em Lavras da Mangabeira – atender a um chamado por uma comissão independente que nós fizemos para tentar mediar o que estava acontecendo, a grave crise de segurança pública, que terminou ontem no Ceará.

Então, muito obrigado. Em nome do povo do Ceará, eu quero agradecer aqui ao senhor e agradecer também ao Senador Major Olímpio, que esteve conosco. Vou fazer isso pessoalmente na próxima sessão.

E quero dizer que o final foi um final feliz, que deu tudo certo para o encerramento, pena que com muitas mortes de cearenses. Nesse período, nesse vácuo, nós tivemos perdas de vidas, dezenas



de vidas, centenas de vidas que foram perdidas por causa da violência no Ceará. Mas como tudo na vida é um aprendizado, acredito que o que aconteceu não vai voltar a acontecer, pelo menos da forma como ocorreu.

Só rapidamente, queria fazer um registro, Senador Elmano Férrer e Sr. Presidente. Eu quero prestar aqui uma homenagem ao Presidente da LBV, o Sr. José de Paiva Netto, jornalista, escritor e compositor, que desenvolve um trabalho há 70 anos – em janeiro agora, a LBV fez 70 anos –, com 7 mil funcionários, com 3 milhões de atendimentos anuais, com mais de 80 escolas, levando valores, levando princípios para nossas crianças e adolescentes. Essa é a proposta da LBV para o Brasil, que traz luz há sete décadas. E o Paiva Netto completa hoje, 2 de março, 79 anos de uma vida profícua, dedicada totalmente às causas da boa vontade, atendendo milhões de pessoas carentes no Brasil e no exterior.

A folha de serviços prestados pela LBV no campo da educação e do amparo a crianças e idosos é algo surpreendente. São mais de 13 milhões – desculpa; eu falei 3, mas são 13 – de atendimentos somente no ano de 2019. O senhor conhece o trabalho da LBV aqui no Distrito Federal. Eu já tive oportunidade de conhecer no Ceará e em São Paulo também. É algo que a gente tem que enaltecer.

Parabéns, Paiva Netto, pelo trabalho. Receba o meu abraço, o abraço do Senado Federal e de todo o povo brasileiro. Que Deus abençoe a LBV! O ecumenismo é uma palavra-chave. Ela abraça a todas as religiões. Inclusive o Dia Nacional do Ecumenismo foi votado por nós, no ano passado, lá na Comissão de Educação, relatório do Senador Flávio Arns, favorável, para o dia 21 de outubro. Vários Estados já tiveram essa lei. E, no Senado Federal, se Deus quiser, a gente aprova na quarta-feira agora aqui no Plenário. Nós, um grupo de Senadores, vamos pedir ao Presidente para que seja votado, porque já passou pela Câmara, e, sendo votado no Senado, já vira lei o Dia Nacional do Ecumenismo. Por que o dia 21 de outubro? Porque, no dia 21 de outubro, foi inaugurada aquela obra que é uma das sete maravilhas de Brasília, aquela pirâmide ali da LBV. Foi inaugurada no dia 21 de outubro de 1989. Fez 30 anos há pouco tempo. E a gente gostaria de solidificar essa homenagem ao ecumenismo, esse abraço a todas as religiões, a partir do Dia Nacional do Ecumenismo.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Eduardo Girão, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Rogério.)

(Durante o discurso do Sr. Eduardo Girão, o Sr. Marcos Rogério deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Com a palavra o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria, inicialmente, tecer algumas considerações sobre as elogiosas palavras que nos foram dirigidas pelo nobre e estimado Senador Eduardo Girão. Realmente, com muita boa vontade, já que se está falando na Legião da Boa Vontade, eu me associo a V. Exa. pelas congratulações, pelo reconhecimento desta grande entidade, que tem realizado muito pelo Brasil. Quando V. Exa. falava no Paiva, eu me lembrava do Alzirô Zarur, que foi o fundador, uma pessoa tão conhecida no Brasil, e dos relevantes serviços prestados por esta instituição a todo o País. Em todos os Estados, nas cidades, há uma célula da Legião da Boa Vontade.



Mas, com relação à crise da polícia do Ceará, que já vem se repetindo há vários anos em vários Estados, a gente vê isso com grande tristeza. Aliás, eu queria lembrar também ao nosso Senador Eduardo Girão que o nosso Senador Tasso Jereissati também participou daquela Comissão e teve uma atuação muito expressiva, como V. Exa., com o espírito de religiosidade e solidariedade urbana, espírito de humanidade, lembrou-se daquela crise que já estava se abatendo sobre o Ceará, podendo ser uma metástase, ou seja, um efeito dominó em todos os demais Estados da Federação.

Então, eu queria cumprimentar V. Exa. pela brilhante ideia. Eu jamais poderia deixar de atender a um convite honroso feito por V. Exa. para ir a um Estado que me viu nascer e me viu crescer. Aquilo foi, digamos, uma experiência... Eu, sinceramente, não gostaria de entrar em uma corporação militar como entrei naquele dia no 18º Batalhão da Polícia Militar do Ceará. Militares ainda jovens, encapuzados...

O acordo é um texto sobre o qual eu vou me permitir não fazer maiores considerações, porque já solucionou. Quer dizer, o bom senso... Deus abençoe a todos no sentido de buscar o entendimento.

Como nós falamos aqui em crise do Estado, num aparte ao nobre Senador Marcos Rogério, é exatamente aquilo que nós vimos no Estado do Ceará, que é uma repetição do que ocorre em vários Estados: a quebra da ordem do Estado de direito, da democracia, do princípio da ordem, da disciplina e da hierarquia, que deve ser a mola mestra de qualquer corporação militar, seja das Forças Armadas, que têm primado por esses princípios... Não admitimos jamais...

Lembro-me de que, em março de 1964, os cabos da Marinha de Guerra fizeram um processo de insurreição que resultou naquilo que a história do nosso País registra.

Então, creio que isso aí traduz a crise do nosso Estado, das nossas instituições. Daí por que eu sempre falo em reinventarmos o Estado nacional. Eu sei que a crise se abate sobre todos os Estados nacionais do mundo, do mundo democrático, claro, e buscamos um redirecionamento.

Aqui se falou da teoria de Montesquieu, dos Poderes do Estado, da interdependência, da harmonia que deve prevalecer, e que está consagrada em nossa Constituição, mas o que nós vimos ali no Ceará foi a quebra da ordem, da hierarquia, da disciplina. Nós víamos uma corporação comandada por coronel, tenentes-coronéis, maiores, capitão e oficiais, mas estava dominada a corporação por cabos e soldados, sem querer desmerecer a função deles. Creio que isso é inadmissível num Estado democrático de direito. Daí também a saída, quer dizer, aquilo que nós vimos, quando estivemos com o Governador e todo seu estafe da área de segurança, como estivemos, na madrugada, com os praças amotinados, e, para todos os dois, para ambas as partes, o cerne era a anistia, e, realmente, você não pode conceder anistia a quem inverte a ordem, a disciplina e os próprios princípios constitucionais.

Então, eu queria me congratular com V. Exa. pela lembrança, por aquela iniciativa que teve de nós, extraoficialmente, mas comunicando ao Presidente do Senado que iríamos, em busca de uma mediação, que, felizmente, aconteceu ontem, domingo, no Estado do Ceará.

Mas, Sr. Presidente, eu queria aqui fazer um pronunciamento sobre os 40 anos da morte de Petrônio Portella, que esteve onde V. Exa. está por duas vezes – 40 anos. Um momento como o que hoje a gente vive nos faz lembrar a memória do mais importante líder político que o Piauí já teve, Petrônio Portella.



Então, Sr. Presidente, há quatro décadas, precisamente no dia 7 de janeiro de 1980, nós perdíamos precocemente o Senador Petrônio Portella, político piauiense da mais alta relevância em nosso País.

Nascido em Valença, no interior do Estado, em 12 de setembro de 1925, Petrônio iniciou seus estudos naquela cidade e concluiu seu ensino médio na cidade de Teresina, que é a nossa capital do Estado do Piauí.

Ao lado de seus 11 irmãos, cresceu em um ambiente familiar de forte vocação política. O pai, Eustáquio Portella Nunes, foi Prefeito de Valença por duas vezes. O irmão Lucídio Portella foi Governador do Estado do Piauí entre 1979 e 1983, Vice-Governador de 1987 a 1991 e Senador da República, nesta Casa, de 1991 a 1999.

Flávio Portella Marcílio – eu acho que o Eduardo era criança, não sei nem se ele era nascido –, Flávio Portella Marcílio também, primo do Petrônio, foi Governador do nosso Estado, o Estado do Ceará, no fim da década de 1950, e Presidente da Câmara dos Deputados por três mandatos, nos anos 1970 e 1980.

Em 1947, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Petrônio Portella ingressou na prestigiosa Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Lá se tornou uma liderança estudantil e se filiou à União Democrática Nacional (UDN), passando a integrar este partido o grupo conhecido como Bossa Nova, de perfil democrático e republicano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em sua brilhante trajetória como homem público, o advogado Petrônio Portella destacou-se nos mais diversos cargos. Foi Deputado Estadual, em 1955, até 1958; Prefeito de Teresina, de 1959 a 1962; Governador do Piauí, de 1963 a 1966; Senador da República, de 1967 a 1979. Presidiu esta Casa, como disse anteriormente, por duas vezes, de 1971 a 1973 e de 1977 a 1979.

Durante o período militar de 1964, o Ato Institucional nº 2 instaurou no Brasil o bipartidarismo, e Petrônio Portella, fiel ao seu perfil liberal, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Sr. Presidente, assim, durante aqueles anos de acirramento, seu perfil articulador e sua habilidade política se pronunciaram de forma determinante ao constituir uma articulação frutífera no Movimento Democrático Brasileiro, o MDB.

A história mostra, de modo inequívoco, que o exercício da política está intimamente ligado às contingências do destino, que, invariavelmente, traz efeitos gravosos e inesperados à vida pública e privada dos seus agentes. De certo, o acadêmico Petrônio não teria como vislumbrar, no frescor da juventude, que a maior parte de sua trajetória política seria trilhada em tempos de intensa turbulência política e institucional.

Ao agente político, contudo, cumpre encarar a realidade tal como se apresenta, e ante as contingências de seu tempo, buscar os melhores caminhos para cumprir sua missão.

Extremamente hábil e perspicaz, Petrônio Portella sabia falar por meio de códigos, digressões e sofismas quando as circunstâncias o impediam de falar abertamente.

Sr. Presidente, assim, durante o regime militar, Petrônio Portella foi um interlocutor confiável, para a oposição e para o Governo. E, como Ministro da Justiça, seu cargo derradeiro, de março de 1979 até seu prematuro falecimento em 7 de janeiro de 1980, o nobre piauiense trabalhou em favor dos direitos humanos, em contexto inegavelmente complexo.

Seu perfil ético e ponderado, sua fidelidade à palavra dada e sua capacidade de articulação fizeram de Petrônio Portella o fiador da distensão política no Brasil.



Petrônio foi, assim, o pai da reabertura política, comandando a transição entre o regime militar e a restauração da democracia. E, nesta missão, percorreu todo o Território nacional e dialogou com todos os segmentos da sociedade, buscando construir uma abertura sólida, serena e pacífica.

Era, como se diz no jargão popular, pule de dez entre as apostas sobre quem seria o primeiro presidente civil após a redemocratização do Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, este pronunciamento eu o faço ao celebrarmos, no dia 7 de janeiro passado, os 40 anos da partida de Petrônio Portella, convicto do dever cumprido como cidadão e, sobretudo, como homem público, que muito contribuiu para o restabelecimento da ordem democrática em nosso País.

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas palavras. Aliás, como ainda tenho mais um tempinho, eu queria, Sr. Presidente, se me permitir... Eu ouvi pelo rádio agora, há poucos instantes, as palavras do nosso nobre Senador Chico Rodrigues, de Roraima. E ele falava naquele instante – eu ouvi isso, rapidamente – da criação de uma guarda nacional. Realmente, no nosso País, nos últimos anos, pela crise à qual eu me referi aqui, do Estado, do Estado nacional, do Estado federado, problema dos Municípios, nós temos visto e assistido a ciclos como esse, que foi encerrado ontem, de amotinamento, de quebra dos princípios democráticos, da ordem, da justiça, da disciplina e, sobretudo, da hierarquia. E sempre, nesses casos de emergência, são convocadas as Forças Armadas, especificamente o Exército. Constitucionalmente, essa não é uma tarefa, não é uma obrigação... E está se repetindo.

Aquela intervenção na cidade e no Estado do Rio de Janeiro foi simbólica para uma reflexão profunda daqueles que são responsáveis pelo Estado nacional, pelo Estado brasileiro, pelo cumprimento da Constituição. E eu vi naquelas palavras – porque eu também já tinha discutido essa matéria com alguns colegas, independentemente do Parlamento, e eu não na qualidade de Senador, mas como servidor público – que chegou o momento de nós termos uma força nacional. Naquele momento, eu dizia: "Olha, tem tudo para se criar". Eu vejo nos egressos que saem das Forças Armadas, após o engajamento de sete a oito anos, eu vejo nisso uma preparação do jovem para integrar a força nacional ou a guarda nacional. O praça, o soldado que vai servir a Pátria na Marinha, na Aeronáutica, no Exército, aos 18 anos e sai aos 26, no meu entendimento, esse jovem que passou sete, oito anos na caserna está preparado para integrar uma força nacional, uma guarda nacional, ou seja, nós temos caminhos.

E ele aqui fez um apelo a nós Senadores: que refletíssemos sobre isso. Eu creio que é, inexoravelmente, uma proposta que tem consistência, uma proposta que vem ao encontro de um quadro preocupante na vida nacional e na constituição do próprio Estado brasileiro, do aparelho do Estado nacional, sobretudo, voltado para a segurança pública. Creio que, em se repetindo constantemente, não diria anualmente, mas às vezes duas vezes por ano, o Exército – aliás, as Forças Armadas, apesar de ser o Exército que está presente com grande capilaridade em todo Território nacional – é quem cumpre essa missão, num verdadeiro desvirtuamento da sua atividade constitucional.

Por isso, eu creio que a proposição do Senador Francisco Rodrigues, nosso Chico Rodrigues, de Roraima, é consistente, é plausível.

No meu entendimento, nós devemos nos debruçar sobre aquela proposição do nosso querido e estimado Senador por Roraima, Francisco Rodrigues. Isso aí é só me antecipando à conclamação que ele fez a todas as Senadoras e os Senadores desta Casa. Eu me antecipo, me solidarizando com



ele, com a proposta dele, porque, no meu entendimento, ela é exequível e fundamental para o nosso País.

Eram essas, Sr. Presidente, as nossas considerações finais. Agradeço a atenção e consideração que nos dispensou neste nosso pronunciamento.

(Durante o discurso do Sr. Elmano Férrer, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muito bem, Senador Elmano Férrer, Senador pelo Estado do Piauí, que é irmão do Estado do Ceará. O povo do Piauí trouxe o Elmano Férrer aqui para esta Casa para engrandecê-la. Muito obrigado, mais uma vez, em nome do povo do Ceará, a terra em que você nasceu, pela ajuda que você nos deu durante esse período crítico da segurança pública.

Então, você pode ter certeza de que o povo cearense é muito grato e que a história vai mostrar a importância de o senhor ter ido para lá com o Senador Major Olímpio, juntamente com Senador Tasso Jereissati, com Senador Prisco Bezerra, para iniciar esse processo de condução de uma mediação para a crise gravíssima que a gente estava vivendo no Estado do Ceará, que ontem teve um desfecho de bom senso, graças a Deus.

Imediatamente eu passo a palavra para o Senador Izalci Lucas, que é Senador pelo Distrito Federal e que vai fazer agora o seu pronunciamento neste dia 2 de março de 2020.

Senador Izalci Lucas, fique à vontade para o seu discurso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero começar este meu pronunciamento a dizer-lhes que uma planta rara, por menor que seja, custa mais, requer mais cuidados e tem muito mais investimento do que um menino ou uma menina, um amigo ou uma amiga que tem uma doença rara.

Quando você olha a sua violeta sobre a mesa e pensa como foi fácil arrematá-la no mercado da rua, nem imagina como pode ter custado caro o caminho dessa singela plantinha. Ela andou mais de 10 mil quilômetros e ocupa área de quase 800 metros quadrados para ser produzida. Há investimento, há apoio e há, sobretudo, uma indústria por trás dela, mas se você é um aficionado por plantas e deseja uma das espécies consideradas mais raras no mundo, vai ter que se preparar para ser generoso, pagar caro, mesmo sabendo que já pagou antes por ela, porque houve investimento para a preservação e manutenção da espécie.

Se você quiser procurar saber sobre uma doença rara, é simples: basta entrar em um *site* de busca na internet e pesquisar. O problema não é achar a doença, é achar onde tratá-la perto de casa, em um hospital, centro ou unidade de saúde que tenha o mínimo de informação sobre a doença.

Se você quiser procurar sobre a flor rara, é simples: basta entrar em um *site* de busca na internet e pesquisar. Você pode achar a flor e como tratá-la. Pode ainda conseguir contato com universidades, instituições públicas e particulares e saber como mantê-la, multiplicá-la e, mais ainda, pode saber como usar verbas públicas para cultivar aquelas tão lindas e raras flores.

Por que não investimos em nossas meninas e meninos raros da mesma forma que nós investimos em nossas flores raras?



Sras. Senadoras e Srs. Senadores, no último dia 29, nós celebramos o Dia Mundial das Doenças Raras, um conjunto de ao menos 6 mil enfermidades, que, juntas, afetam mais de 300 milhões de pessoas no mundo.

No ano passado, eu participei do Congresso Iberoamericano de Doenças Raras. Na ocasião, eu assisti a uma palestra sobre epidermólise bolhosa, uma doença genética e hereditária, manifestada já no nascimento, que provoca a formação de bolhas na pele quando houver qualquer atrito ou trauma.

Segundo a Dra. Jeanine Magno, médica presidente da Debra Brasil, que é a associação sem fins lucrativos que visa informar sobre a doença, as crianças com essa condição são conhecidas como crianças borboletas. Esse nome é dado, Senador Girão, pois a pele se assemelha às asas de uma borboleta devido à fragilidade provocada por uma alteração nas proteínas responsáveis pela união das camadas da pele.

Durante o evento, falei da importância de o Brasil investir mais em pesquisa e tecnologia para ajudar no tratamento de doenças como essa. É preciso investimento para que novos tratamentos possam ser estudados e para que todos os que são acometidos com doenças raras recebam a assistência de que necessitam para viver de forma digna.

Celebramos ainda, no ano passado, a parceria entre a Associação Pestalozzi de Brasília e o Instituto Brasileiro de Pesquisa em Ciência e Tecnologia (Ibict) para a criação de um centro de referência em pesquisas sobre doenças raras e deficiências.

Todos nós sabemos que o acesso às informações e às tecnologias assistivas são os principais meios para se ter autonomia, dignidade e cidadania. Esses eventos e diversos encontros trouxeram mais apoiadores, e começamos a trabalhar intensamente para avançar em investimentos em tecnologia, pesquisa e inovação para tratar e assistir pessoas com doenças raras.

Tive a honra de ser o Relator da Medida Provisória 894, de 2019, que estabelece o pagamento de pensão mensal vitalícia no valor de um salário mínimo para a crianças com síndrome congênita do zika vírus. Com a ajuda dos membros da Comissão, nós conseguimos alterar a proposta para garantir que mais famílias fossem atendidas.

Entre as alterações, por sugestão inclusive do nosso colega Senador Romário, trocou-se o termo microcefalia para síndrome do zika vírus. A designação da doença como síndrome é a mais adequada para identificar os beneficiários de forma justa e precisa. A mudança realizada dobra o número de beneficiados e tanto o Governo quanto os especialistas e os representantes das famílias entendem que essa alteração foi correta. O benefício inclui crianças afetadas nascidas até 31 de dezembro de 2019. A MP original previa o benefício apenas para as crianças nascidas entre 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018.

Outra determinação é que a licença-maternidade para as mães de crianças com sequelas seja de 180 dias. Essas famílias têm que lidar com a burocracia, o preconceito e as barreiras diversas para conseguir inclusão digna de seus filhos na sociedade. A MP é meritória ao reconhecer a sofrida rotina que precisam cumprir para arcar com medicamentos, alimentos e fisioterapias.

Esperamos que a matéria seja agora rapidamente sancionada pelo Presidente da República para que essas famílias possam receber o auxílio a que têm direito.

Ainda nesse último mês, nós comemoramos também um ano do projeto Rompendo Barreiras, que se transforma neste ano em um curso de robótica e inteligência artificial para jovens tetraplégicos, no Instituto Federal do Brasil (IFB), utilizando a tecnologia assistiva *hands free*. Destinei emenda para a implantação do curso para que esses alunos tenham oportunidade de



estudar e trabalhar. Não podemos pensar que a limitação física tira a oportunidade dos jovens. Pelo contrário, eles são extremamente capazes, com enorme capacidade intelectual, como têm demonstrado esses meninos e meninas do projeto.

Quero aqui parabenizar a todos que trabalharam e apoiaram este projeto.

Mas peço a atenção dos senhores e senhoras: o grande problema das doenças raras é a falta de investimento em pesquisas e, principalmente, de informação sobre como lidar com o paciente portador.

Alguns países do mundo já trabalham em pesquisas e centros de ajudas às famílias que têm filhos com enfermidades raras. São lugares de pesquisa, mas, acima de tudo, são espaços de convivência, informação, abrigo e tratamento de pacientes com doenças ainda desconhecidas pela humanidade. As famílias têm para onde se dirigir e procurar ajuda. Os centros têm espaço para acolher, cuidar, estudar e desenvolver as melhores práticas. Por isso, muitos países desenvolvidos já instalaram esses centros de referências que recebem pessoas raras.

Sim, há doenças raras que também acometem adultos. Geralmente, as doenças raras são crônicas, progressivas e degenerativas.

As flores raras têm laboratórios de pesquisas, estufas e técnicos que trabalham o tempo todo para que elas vivam e continuem a preencher nossos jardins, casas, matas e vales com sua beleza e, mais ainda, para que sobrevivam séculos e mais séculos como um legado da humanidade. Cuidam muito mais das flores, talvez porque elas não gritam, não choram; cuidam porque são belas e enfeitam nossas casas e cidades. Por serem raras, cuidam das nossas flores. E dos nossos meninos e meninas que são raros não cuidam...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE. Para apartear.) – Senador Izalci, eu queria, neste momento que toca seu coração e sua alma, dar o meu testemunho do seu empenho com relação à MP das famílias que têm crianças portadoras de zika vírus, do quanto o senhor ouviu, se dedicou para conseguir uma solução que contemplasse o maior número de famílias. E eu lhe agradeço o empenho.

O Nordeste brasileiro foi muito afetado naquele ano de 2015 e, com o tratamento, ficou evidenciado que as crianças têm uma qualidade de vida muito melhor. Para o senhor ter uma ideia, naquela época se chegou ao ponto de o Supremo Tribunal Federal querer liberar o aborto, querendo resolver o problema dessa forma, matando as crianças, matando o futuro do Brasil. E com um pouco de auxílio que se teve de algumas universidades, de clínicas-dia se conseguiu uma qualidade de vida espetacular.

Eu queria saudar aqui os alunos do ensino médio da escola Escritor José de Alencar, que vieram de Pernambuco para visitar o Senado Federal. Sejam muito bem-vindos. Também aqui está um Senador de Pernambuco, o Senador Humberto Costa.

Queria também saudar os visitantes que agendaram aqui uma visita para conhecer como é que funciona o Senado Federal, o museu, este Plenário. Vocês são muito bem-vindos, todos vocês. Nós temos recebido um número de visitas crescente nos últimos meses. Isso nos dá um alento muito grande, porque é o povo brasileiro gostando de política, querendo entender mais sobre política. E é assim que a gente vai ter um País mais consciente, cada vez mais fraterno e justo. Parabéns!

Senador Izalci, perdão pela interrupção no seu emocionante discurso.



O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, por serem raras, cuidam das nossas flores. E dos nossos meninos e meninas que são raros não cuidam?

As nossas crianças raras também têm o direito de deixar a sua herança, que será o estudo genético para evitar o nascimento de bebês com doenças incuráveis. Deixarão a herança da prevenção, do tratamento e da cura. Mas isso só será possível se houver pesquisa, centros e técnicos que trabalhem o tempo todo para que elas vivam e mostrem que é possível preencher os nossos jardins, as nossas casas, as ruas e avenidas com um sorriso, um olhar, um carinho, um legado mais que especial para a humanidade.

Então eram essas as minhas considerações, Presidente, mas eu também não poderia deixar de manifestar aqui a minha preocupação com relação ao que aconteceu no Ceará. A gente acompanhou daqui.

Nós que estamos trabalhando... Eu participo da Comissão Mista de Orçamento e tenho uma preocupação grande aqui com os policiais militares e bombeiros do Distrito Federal, porque era para terem recebido o reajuste em 2019, e, por questões operacionais e técnicas, não foi possível. O Presidente Bolsonaro chegou, inclusive, a assinar a medida provisória no Natal, e não foi possível implementar em função de falta de mudança na LDO. Nós fizemos para a Polícia Civil e não fizemos para a Polícia Militar porque já existia o orçamento, mas foi retirado. E, naquele momento, a gente não conseguiu recuperar. Há um PLN, que está, inclusive, na pauta da Comissão Mista de Orçamento. Eu espero que, amanhã de manhã, a gente tenha quórum para votar. E, se possível, após o voto dos vetos... Eu comuniquei, há pouco, a reunião do Congresso amanhã, às 14h, que tem como pauta a votação dos vetos. São diversos vetos. Eu gostaria de pedir o apoio dos Senadores e Senadoras para que, após a votação dos vetos, a gente possa votar o PLN 1, que está na CMO. Eu acredito que amanhã a gente consiga votar na CMO, Senador Elmano, V. Exa. que também participa, para que a gente possa levá-lo extrapauta ao Congresso, para que eles possam, realmente, ter essa medida provisória resgatada – porque já era para estarem recebendo desde janeiro –, exatamente para a gente não deixar avançar essas questões, como aconteceu no Ceará.

Essa questão do Ceará é uma questão que, com certeza, pode acontecer em qualquer Estado. Nós não podemos dar tratamento diferenciado para a segurança pública. Temos que ter esse cuidado de não prestigiar ou desprestigiar qualquer que seja. Todos são importantes. Então, a gente tem que ter esse cuidado.

E também não podemos deixá-los como está acontecendo agora – estou indo daqui a pouco para uma reunião – com a questão das Forças Armadas. Estou indo lá conversar com o Gen. Ramos. Nós votamos aqui nesta Casa a questão da previdência dos militares das Forças Armadas. Incluímos a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Eles ganharam o sonho deles, que era a paridade e a integralidade. Brasília, inclusive, já tinha isso. O que os militares aqui ganharam foi o aumento de alíquota apenas. Por isso que a gente tem que aprovar essa medida provisória, para restabelecer pelo menos, para eles não perderem, para não diminuir o salário. Mas, de qualquer forma, houve um acordo aqui no Plenário. O Líder do Governo fez questão de colocar aqui claramente que nós faríamos uma comissão em janeiro para estudar, realmente, essas distorções que foram aprovadas. Passou janeiro. A gente entende. Houve a questão da crise do INSS. O Rogério Marinho saiu agora do ministério. Isso atrasou. Mas nós vamos entrar em março. E eu tenho um compromisso com os militares das Forças Armadas, principalmente os da reserva, que se



sentem totalmente prejudicados. E foi isso o motivo do nosso acordo. Espero que a gente consiga esta semana. Eu sei que há essa crise do voto. Nós temos que discutir isso também, mas não podemos deixar de cumprir acordo. Acordo é para cumprir. Nós tínhamos um acordo de fazer a comissão em janeiro. Eu estou sendo cobrado e quero cobrar, mais uma vez, publicamente agora, essa reunião. Espero que o Gen. Ramos, juntamente com o Ministro da Defesa, possa agendar essa reunião para esta semana ainda, para que a gente possa dar uma resposta. Eu não posso ser cobrado todos os dias e dizer que não foi marcada ainda; que não foi marcada e já entramos em março. Daqui a pouco vou ao Palácio e espero poder agendar essa reunião.

Senador Elmano.

O Sr. Elmano Férrer (PODEMOS - PI. Para apartear.) – Senador, eu queria fazer uma consideração em relação às doenças raras, que acometem muitas crianças.

Eu conheci, aqui, nesta Casa, através da Mara Gabrilli, um jovem de 22 anos, Jelres de Freitas, de Sumaré, São Paulo, que foi acometido da AME (atrofia muscular espinhal). Ele é o único sobrevivente de uma família de três jovens. Quem é acometido da AME sobrevive até os cinco anos de idade. E o Jelres ainda participa de um movimento nacional em busca de sensibilizar o Governo, sobretudo o Federal, o que já conseguiu, porque hoje já há tratamento pago pelo SUS. Mas o que mais me impressionou nesse jovem, que perdeu os dois irmãos antes de eles completarem cinco anos de idade, foi que ele continuou estudando.

(Soa a campainha.)

O Sr. Elmano Férrer (PODEMOS - PI) – Como cidadão... Só funciona aqui, sua cabeça. Ele se movimenta em uma cadeira de rodas. Pois esse jovem estudou, fez o ensino fundamental, o ensino médio, vestibular para a faculdade de Direito, formou-se em Direito... Eu tive a felicidade de participar, comovido – eu fiquei como V. Exa. externou aqui em vários momentos, seu coração quase que parava –, da formatura desse jovem. Ele chegou a passar dos cinco anos e formou-se em Direito aos 23 anos. Quer dizer, ele é um exemplo para as famílias que têm filhos acometidos desta doença, a atrofia muscular espinhal.

Eu queria me somar ao nobre Senador, que sempre tem falado sobre essas questões, que trata de questões de solidariedade humana, no sentido de que realmente temos que continuar investindo em ciência e em tecnologia através de nossas universidades, na busca de medicamentos para essas pessoas que estão, digamos, ainda sem uma saída científica para a geração de medicamentos que possam amenizar o sofrimento de tanta gente.

Hoje, nós estamos vivendo cercados pelo coronavírus, que é um exemplo para o mundo de que nós temos que, através de nossas instituições de pesquisa, continuar investindo em tecnologia. Estamos vendo agora o mundo todo mobilizado, acima de ideologias, de governos, de partidos, etc., em favor da própria humanidade.

Então, eu queria me congratular mais uma vez com V. Exa. por ter trazido a esta Casa uma matéria da mais alta importância como a questão das doenças raras que acometem as nossas criancinhas de todo o País.

Parabéns a V. Exa.!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a V. Exa. e peço para incorporar o seu aparte ao meu discurso.

E quero, aqui, reforçar mais uma vez que a gente tem falado muito sobre a questão do investimento em pesquisa em ciência e tecnologia, e agora V. Exa. disse muito bem: está aí o



coronavírus. As pessoas devem achar que a solução vem em um passe de mágica, com uma varinha mágica. Não é.

Isso demanda anos e anos de estudo e de investimento, e nós temos muitos pesquisadores altamente qualificados, altamente competentes e que, muitas vezes, não têm recursos, não têm investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Então, é mais um exemplo clássico e prático da importância do investimento em ciência, tecnologia e inovação.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE. Para apartear.) – Só para lhe dar uma boa notícia, Senador Izalci, nós devemos votar nesta semana, na CAS (Comissão de Assuntos Sociais), o Projeto de Lei da Senadora Leila nº 4.691, de 2019, que eu tive a benção de ser o Relator, para que sejam notificados nos hospitais, as autoridades sejam notificadas porque uma das grandes carências com relação a doenças raras são dados, são estatísticas.

Então, esse projeto de lei estabelece a notificação compulsória para que as autoridades possam recolher em estatísticas esses dados, para que se tenham remédios e se vá buscar alternativas mais rápidas para as pessoas com doenças raras. Quarta-feira devemos votar isso aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Eu vou passar a palavra para o Senador Humberto Costa, que vai fazer o seu pronunciamento. Por favor, Senador Humberto Costa, fique à disposição para fazer o seu discurso, depois eu falo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, as pessoas que nos acompanham pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado e que nos acompanham pelas redes sociais, inicialmente agradeço a gentileza de V. Exa., Senador Girão, que me concedeu a palavra. Ele iria falar na minha frente pela sua inscrição anterior e me proporcionou esse gesto de gentileza.

Sr. Presidente, não somente eu, mas acho que todos os Senadores, Parlamentares e lideranças políticas do Brasil voltam ao Congresso Nacional com enorme preocupação. Estamos vivendo hoje dias de caos permanente.

O Governo e o Presidente da República terminaram por ser indutores de uma situação conflitiva desnecessária e, ao mesmo tempo, inaceitável. Primeiro, o Presidente da República, juntamente com o seu Ministro da Justiça, estimulando motins nas polícias militares, apostando em conflitos diretos com os Governadores de Estado, numa situação que vai frontalmente contra a sua tarefa e responsabilidade de manter e de preservar a paz social e o pacto federativo, a relação do Governo Federal com os diversos Estados.

Foi lamentável a condução do Governo Federal no que diz respeito à greve dos trabalhadores da segurança pública lá no Estado do Ceará. Hoje esse movimento, pela manhã, terminou, com a intermediação de integrantes dos três Poderes – do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Agora à tarde, depois que cheguei, tive informações de que, ao contrário, o movimento já recrudesceu, apesar de o Ministro da Justiça tentar politizar o processo que lá aconteceu e politizar a solução do que ocorreu. Ao contrário, o Governo Federal tinha a obrigação de ter feito mais. Ameaçar retirar a Força Nacional na semana passada, deixando a possibilidade de a



população do Estado do Ceará ficar totalmente desprotegida diante dos bandidos, do crime organizado, é algo absolutamente inaceitável.

Nós tivemos, em vários momentos, desde a Constituição de 1988, situações em que aconteceram movimentos de trabalhadores da área da segurança pública, das polícias militares e, ao contrário do que ia acontecendo agora, a participação do Governo Federal foi decisiva para garantir a segurança da população.

Eu lembro que, em Pernambuco, durante o Governo Jarbas Vasconcelos, nós tivemos movimentos paredistas da polícia, nos governos posteriores, com Eduardo Campos, e, em outros governos, durante o próprio período do Governo Dilma e Lula, Pernambuco viveu uma forte greve dos trabalhadores da segurança pública, e o Governo Federal lá esteve, com a Força Nacional, para garantir a segurança da população, para tentar contribuir com o serenamento dos ânimos e a construção de uma saída negociada.

O Ministro da Justiça foi ao Ceará, deu uma volta de helicóptero, passou não sei quantos dias lá, não sei nem se passou mais de um dia lá e veio embora, inclusive fazendo um comentário absolutamente equivocado, afirmado que a greve era ilegal – e é ilegal, não é porque o Governador quer que a greve seja ilegal, é porque o Supremo já decretou, em mais de uma oportunidade, que a greve na segurança pública é ilegal. Greve com as pessoas armadas não é uma greve e, mais ainda, nessa situação que aconteceu agora, em que houve um motim. Os policiais ficaram nos quartéis.

Então, de um lado, ele diz que a greve era ilegal e, do outro lado, ele insinua que o Governador do Estado do Ceará, ou quem quer que seja, estava tratando os policiais como se fossem criminosos. Em nenhum momento isso aconteceu. O Governador do Ceará, o Governador Camilo, teve uma posição firme de garantir o respeito à lei, de garantir, inclusive, que tal tipo de episódio não volte a acontecer.

Enquanto isso, o Ministro da Justiça, que deveria ter manifestado absoluta e total solidariedade ao Governo do Estado – não ao Governo do Estado, mas ao povo do Estado do Ceará –, ficou a fazer debates políticos que são absolutamente inaceitáveis.

Aliás, ontem o jornalista da *Folha de S.Paulo*, Elio Gaspari, escreveu um artigo muito interessante, em que ele diz que o Moro que urrava em Curitiba foi para o Ceará e miou. Mas ele miou porque estava apostando numa situação conflitiva, de criar o caos, e nós não podemos aceitar que esse tipo de atitude continue.

Aliás, essa é a prática corrente do Governo Federal agora. Há pouco tempo, o Presidente da República, tentando justificar os preços exorbitantes dos combustíveis, que estão altos porque a política da Petrobras é uma política que não tem como referência o interesse do povo brasileiro, quis colocar a responsabilidade pelos preços da gasolina e do álcool em cima dos Governadores de Estados, querendo jogar a população contra os Governadores de Estado.

Agora sobre esse fato do Ceará, que hoje ele diz ter sido muito bem resolvido, as estatísticas foram divulgadas hoje. Entre os dias 19 e 27 de fevereiro, foram 241 assassinatos cometidos no Estado do Ceará, ou seja, 26,7 assassinatos por dia. É como se uma pessoa fosse morta de hora em hora e que, em algum momento, três foram mortos na mesma hora. Não é possível! Aonde estão querendo levar o Brasil?

O Presidente da República se mostra solidário a um outro ato atentatório, estimula um ato pelo fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, agride a Constituição brasileira, comete crime de responsabilidade, e nós assistimos absolutamente surpresos ao silêncio



de muitas autoridades importantes da República. Aqui mesmo, dentro do Congresso Nacional, há movimento para mudar o Senado, há movimento para mudar a Câmara e, no entanto, eu não vi movimento para defender a democracia. Daqui a pouco, vai surgir algum movimento do tipo Fecha o Congresso!, Fecha o Senado!, porque como o Presidente da República, como este Governo não tem um projeto para o País, como não tem uma proposta para nos tirar desse buraco em que ele está nos colocando cada vez mais, apela para radicalizar contra os Poderes da República, contra os pilares da nossa democracia. E o pior é que muitas dessas autoridades que estão silentes afirmam: "Não, é para não atrapalhar as reformas, especialmente a reforma administrativa contra o serviço público".

Os servidores públicos, agora no mês de março, vão sentir o que foi a reforma da previdência. Preparem-se para, no dia de receber o contracheque, identificar que mais de 40% do salário, especialmente dos que recebem salários maiores, é para o pagamento de contribuição do Imposto de Renda e alíquota da previdência social do serviço público. E ainda há servidores públicos que apoiam este Governo.

Imaginem o que vem por aí como reforma administrativa! Não vem reforma administrativa para melhorar o funcionamento do Estado brasileiro, para profissionalizar cada vez mais o Estado brasileiro, para prestar serviços públicos de melhor qualidade à população, não; vem uma reforma administrativa para terminar de desmontar o serviço público nacional.

E eu lamento que tratem um tema como esse, ameaça de fechamento do Supremo... Aqui eu quero registrar algumas declarações muito fortes, muito duras de democratas, como foram o Ministro Gilmar Mendes, o próprio Ministro Celso de Mello, esse com uma manifestação muito firme de alguém que tem uma consciência do seu papel como ministro integrante da cúpula do Poder Judiciário do nosso País, para dizer que defende a legalidade, que o Supremo está ali para defender a legalidade. Ditadura nunca mais! O Brasil não quer, não aceita e não aguenta outra ditadura depois de 30 anos da última que nós vivenciamos. Então, nós temos aqui que aplaudir Marco Aurélio Mello e até mesmo o Ministro Fux, que de lá do exterior disse que, se houver consequências dessa tentativa de emparedamento do Congresso e do Supremo, o Supremo terá que tomar decisões.

O que nós estamos vivendo hoje no Brasil é a cultura permanente do ódio. Uma parte dos atores políticos no Brasil não querem mais discutir ideias, não querem mais discutir políticas. Ontem nós vimos a Presidente do PT, a Deputada Gleisi Hoffmann, ser atacada no Rio de Janeiro. E o pior: uma Parlamentar defendendo que esse tipo de prática fosse legitimado, defendendo que se deveria atacar Parlamentares, pessoas da esquerda. Essa cidadã Parlamentar de São Paulo, inclusive, manifestou apoio ao ato que quer fechar o Congresso Nacional. O que é que ela está fazendo aqui? Por que ela se candidatou? Por que é Deputada? Não consigo entender!

E aí nós assistimos a um ato covarde contra a Senadora Gleisi Hoffmann, que já identificou quem fez aquilo. Só a folha corrida, a ficha processual do cidadão tem mais de 20 processos. É isso que estamos construindo no Brasil, um país que precisa de paz social, que precisa de entendimento para sair da crise. Cada vez que o Governo se sente acuado, ele vem com uma proposta de acirrar ainda mais os ânimos no nosso País?

Enquanto isso, Sr. Presidente, o caos social se instaura no País: o dólar dispara; a atividade econômica se retrai; o Produto Interno Bruto indica queda, mais uma vez; o Governo, inerte, retira direitos em sequência; o Brasil segue em crise; há queda no desemprego – na verdade, não é queda do número de pessoas desocupadas, mas é o aumento do número de pessoas que já



perderam a esperança e nem mais procuram emprego –; há alta informalidade; as filas no INSS se multiplicam; a pobreza se alastrá; o Bolsa Família encolhe – há milhares de cancelamentos, muitos na agricultura familiar, como no Maranhão, conforme mostrado nessa semana no programa Globo Rural.

A fome voltou para quem está na agricultura familiar. Como pode? Como pode? A fome voltou à realidade do povo brasileiro. E o Governo, o que é que faz? Nada! Investe na radicalização do processo político; procura trazer para junto de si integrantes das Forças Armadas, dada a sua fragilidade política; aposta na tensão. É um conjunto de agressões, que são inaceitáveis e devem ser repudiadas.

O Presidente é incompetente para lidar com a crise. Este Governo aposta no embate e na cisão o tempo inteiro. Em vez de governar, o Governo culpa o Congresso pelos seus próprios fracassos. O mesmo orçamento impositivo que ele elogiava quando era Deputado, hoje diz que prejudica o Governo. Essa é a situação mais estapafúrdia que nós vivemos.

Quero dizer que o nosso partido e eu sempre fomos contra a ideia de emenda parlamentar. O Parlamento tem que votar o orçamento e definir as prioridades, mas quem tem que aplicar é o Governo. Nós tivemos aqui que aceitar, ainda no Governo Dilma, uma parte impositiva do orçamento. E eu imaginava que aquilo era o bastante. No entanto, este Governo fez um acordo para aprovar uma PEC que aumenta o número de emendas parlamentares impositivas. Este Governo fez o acordo. Eu, pessoalmente, fiquei estranhando... Eu disse: "Como é que um governo abre mão de poder administrar o seu orçamento?".

Eu sei o que é isso, porque eu fui Ministro da Saúde. Quando era emenda parlamentar, muitas vezes o Município precisava de um hospital, e o Parlamentar queria botar uma ambulância; muitas vezes, a cidade precisava de uma nova unidade de saúde da família, e o Parlamentar queria fazer outra coisa. Na lógica dele, estava correto, mas, na lógica do Governo, o ministério tinha uma prioridade. Ele precisava ter os recursos para investir naquelas prioridades.

Portanto, eu fiquei surpreso quando eu vi o Governo concordar, mas votei. Ora, se o Governo está votando, está decidindo que pode, então é porque ele tem certeza do que está fazendo.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aí, no primeiro orçamento que o Congresso quer cumprir aquilo que votou com o apoio do Governo, o Governo vem ameaçar – vem ameaçar –, quando poderia, em vez de ameaçar, sentar com as Lideranças do Congresso e discutir. Vamos mudar, vamos alterar essa PEC, vamos alterar esse orçamento, vamos discutir. Não. Vem um ministro do Governo para dizer que o Congresso estava chantageando, que tinha de botar o povo na rua para fechar o Congresso.

Está tudo errado, Sr. Presidente. Infelizmente, no Brasil, está tudo errado. O Brasil está à deriva.

E o Congresso, por isso, é mais essencial do que nunca. Ou o Congresso toma em suas mãos as rédeas deste processo ou vai dar espaço a uma escalada despótica de um Presidente da República que tem uma clara tendência ditatorial e fascistoide.

Por isso, volto hoje aqui para dizer isso na expectativa de que, aqui no Senado, nós tenhamos muitas vozes para dizer ao Senhor Presidente da República: "Vossa Excelência pode muito, mas não pode tudo; Vossa Excelência jurou a Constituição da República, e a Constituição da República prevê o respeito à autonomia, à independência dos Poderes, prevê o respeito à liberdade



e às garantias individuais; não prevê, como direito do Presidente da República, ameaçar a sociedade, ameaçar a democracia e tentar implantar no Brasil uma ditadura".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Senador Humberto Costa, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quero antes registrar a presença dos alunos do ensino médio dos cursos técnicos do IFB (Instituto Federal de Brasília), que é uma referência para nós aqui.

Sejam bem-vindos à nossa Casa!

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE. Para apartear.) – Sejam muito bem-vindos.

Rapidamente, só para fazer um apartear, Senador Humberto.

Eu não posso me omitir, já que o senhor falou do meu Estado, e a crise de segurança pública foi no meu Estado. Eu tive oportunidade de, na quinta véspera de Carnaval, junto com o Senador Major Olímpio – a quem eu sou muito grato e o povo do Ceará também é muito grato –, que atendeu o nosso pedido de irmos juntos, através de uma comissão especial independente, não oficiada. Não foi algo oficializado pelo Presidente do Senado, mas nós montamos essa comissão. Inclusive, o Senador Elmano Férrer foi também – ele que é cearense, foi eleito pelo Piauí, mas nasceu no interior do Ceará – com o Senador Tasso Jereissati e com o Senador Prisco Bezerra. Nós montamos uma Comissão e fomos ouvir os dois lados. Estivemos com o Governador Camilo Santana lá no Palácio da Abolição. Ele demonstrou para a gente, com a sua equipe... Levou o procurador-geral do Estado, levou o Ministério Público, o presidente da Assembleia Legislativa. Nós entendemos o que foi demonstrado em termos do reajuste e toda a situação daquela paralisação. Saímos de lá tarde da noite, fomos ao quartel, ao 18º Batalhão. Conversamos com os manifestantes, com os policiais que estavam aquartelados.

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Ficamos até de madrugada lá e procuramos mediar, procuramos mediar. Eu tenho o dever de discordar respeitosamente de V. Exa. Não percebi em nenhum momento, nem do governo Camilo Santana, do Governador do seu partido, do PT, e nem do Governo Federal, nenhum tipo de intenção política, de outro pensamento que não fosse o de resguardar a população do Ceará, que naquele momento estava em aflição. Então, o Governo Federal teve uma postura, no meu modo de entender... O senhor pode ver que eu tenho críticas aqui em outras áreas. Tenho uma postura independente neste Senado, mas ele foi exemplar na liberação da GLO do Presidente Jair Bolsonaro.

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – Um pedido do Governador Camilo Santana, que, em poucas horas depois, foi aprovado pelo Presidente. O Ministro Sergio Moro e o Ministro da Defesa – o Ministro Fernando, não é isso? – estiveram também lá no Ceará, assim como o nosso General, não o General Ramos, mas o General Guilherme Teófilo, da Força de Segurança Nacional, que também foi acionado e prontamente atendeu. Tiveram, no meu modo de entender, uma condução extremamente republicana com o povo do Ceará, pois rapidamente atenderam... Renovaram por mais uma semana. Foram duas semanas de liberação. Depois foi renovado pelo Governo Federal, o que facilitou, no meu modo de entender...

(Soa a campainha.)



O Sr. Eduardo Girão (PODEMOS - CE) – ... o estabelecimento, o restabelecimento da paz social, que foi culminada ontem com o acordo de bom senso entre o governo do Estado do Ceará e esses policiais que estavam aquartelados, com uma solução que terminou a greve.

Então, eu acho que houve aí algo que transcendeu a questão política, partidária, tanto de parte do Presidente, como também do próprio governador. Acho que foi uma demonstração de maturidade dos dois, em prol do interesse da população, e que teve um desfecho, graças a Deus, ontem à noite, infelizmente, como o senhor bem colocou, com quase 300 vidas perdidas de cearenses. Mas acredito que fica o aprendizado para as instituições.

Só queria fazer esse registro para o senhor, porque eu participei dessa comissão. Estive com o Senador Major Olímpio, com o Senador Elmano Férrer, como o Senador Tasso Jereissati e com o Senador Prisco Bezerra tentando mediar essa solução.

Obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sugiro a V. Exa. que converse com o Ministro Sergio Moro, que, em nenhum momento, deu uma demonstração que não fosse diferente de estar querendo politizar o processo, inclusive no dia de hoje, inclusive quando ameaçou, junto com o Presidente da República, a não renovação da GLO.

Em todas as situações que aconteceram em Governos anteriores – e não estou falando do PT só, não –, sempre que aconteceu esse tipo de mobilização das forças nacionais, até mesmo do próprio Exército, quando não havia a Guarda Nacional, foram por tempo indeterminado. No entanto, nesse processo agora, afora as declarações do Ministro, afora a lentidão de tomada de decisão, veio essa questão concreta, que chegou a fazer com que pensassem governadores em recorrer ao Supremo Tribunal Federal, para que o Supremo garantisse a continuidade da GLO.

E falo isso principalmente, Senador Girão, porque essa é uma situação que pode acontecer novamente. A situação dos trabalhadores brasileiros, dos funcionários públicos, dos trabalhadores da segurança é precária em todo lugar. Imagine se situações como essas se repetirem. E o critério que vem a ser utilizado pelo Governo Federal leva em consideração as divergências partidárias, o que A, B ou C fez. O discurso do Sr. Sergio Moro foi este: "Apesar dos Gomes..." O que é que a gente tem a ver com isso? O que é que o povo do Ceará tem a ver com isso?

O que o Governo tem que ter é a responsabilidade de cumprir o que o pacto federativo diz, e o que ele diz, aliás, o que a Constituição brasileira diz é que é obrigação do Governo Federal garantir o pacto federativo, a paz interna e o respeito aos demais Poderes. E nós não vamos abrir mão de tecer essas críticas.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Eduardo Girão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra agora, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Para discursar.) – Muito boa tarde aos Srs. Senadores aqui presentes, aos funcionários do Senado Federal, aos assessores, ao povo brasileiro que está agora nos ouvindo pela Rádio Senado, nos assistindo pela TV Senado, a partir do trabalho de profissionais dedicados desta Casa.

Eu queria, nesta primeira sessão do mês de março, março começando hoje aqui para o Senado Federal, nesta segunda-feira, manifestar a minha esperança. A minha esperança de que na



votação, amanhã, do veto, especialmente do Veto nº 52, que é o veto do orçamento impositivo, o Brasil vença e a velha política, a má política perca.

E eu manifesto essa esperança, Senador Izalci Lucas, a partir das inúmeras manifestações que eu tenho recebido, de mensagens, não apenas no gabinete mas também no próprio "zap" de brasileiros comprometidos com o que é certo, comprometidos com uma nova política no Brasil, onde essa questão do toma lá dá cá, da barganha de algo, que cada vez mais nos enoja, nos deixa tristes e nos causa repugnância, práticas políticas no nosso País que têm atrasado esta Nação, que tem deixado de joelhos o Brasil para o mundo no combate à corrupção: que amanhã nós tenhamos essa grande vitória, que é a manutenção, sim, do Veto 52, que não vai deixar na mão de um Deputado, de um Parlamentar, 30 bilhões do dinheiro suado do povo brasileiro, que contribui para esta Nação. Nós estamos diante de um grande dilema, de um grande dilema, e precisaremos de bom senso e do apoio popular, sim, nessa votação do Congresso Nacional.

Graças a Deus, durante esse Carnaval, muita gente começa a gostar de política no Brasil. Não tem outra forma de modificar a realidade deste País se não for através do Parlamento, através do Governo, do Executivo, através do Judiciário, de forma transparente, de forma harmônica, mas sendo cobrado, sim. Tem muita coisa para ser limpa neste País ainda.

A Operação Lava Jato é um presente que o povo brasileiro ganhou há cinco anos, recuperando bilhões de reais desviados, roubados em governos anteriores, um trabalho que colocou o Brasil, pela primeira vez, para o nosso orgulho, no bom sentido dessa palavra, no patamar de país de Primeiro Mundo na luta contra a impunidade. O brasileiro se cansou de ser roubado, de ser lesado, e a Operação Lava Jato, pela primeira vez, virou uma referência positiva do Brasil no combate à corrupção, não apenas recuperando os bilhões de reais ou de dólares desviados, mas trazendo esperança, a partir do momento em que pessoas que jamais seriam punidas neste País, do crime do colarinho branco, gente poderosa, empresários influentes, políticos tradicionais foram para trás das grades pela primeira vez na história deste País! As coisas estão mudando. As coisas estão mudando.

Eu sou um entusiasta – eu já disse aqui outras vezes – dessa operação. Sou um entusiasta, sim! Um dos motivos de eu estar no Senado foi o idealismo a partir de um novo sentimento de que a justiça estava sendo feita para todos.

Agora, não se enganem, não! O crime reage, da mesma forma que reagiu na Itália, quando houve a Operação Mão Limpas lá, equivalente à Operação Lava Jato no Brasil. O crime começou a reagir, inclusive no Parlamento, para esfacelar a Operação Mão Limpas. Aqui nós não vamos deixar, não!

E o povo brasileiro começa a gostar de política. Daí é que me vem esse otimismo de que amanhã a gente vai ter uma vitória e de que outras vitórias virão no combate à corrupção no Brasil. O povo brasileiro está começando a gostar de política, a entender, a estudar, a cobrar seus Parlamentares! Isso é fantástico! Senador Elmano Férrer, eu recebi centenas de mensagens de brasileiros, que botaram lá o seu CPF, o seu nome – a muitas eu consegui responder –, e a empatia é fantástica, com as pessoas felizes em terem encontrado, talvez pela primeira vez, uma ressonância. Uma chama de esperança surge neste País com a proximidade do povo com esta Casa, que é deles. Isso é muito saudável para uma democracia, com respeito, na base do diálogo, na base da cultura da paz, mas com firmeza, sim. As perguntas que me faziam: "Senador, como é que o senhor vai votar no Veto 52? Nós queremos que o senhor mantenha". Isso é respeito, isso é



opinião do povo brasileiro que está acompanhando o que nós estamos fazendo aqui. Isso é fantástico!

Amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PODEMOS - PI) – Meu nobre, eu queria...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Claro, Senador. Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PODEMOS - PI. Para apartear.) – Eu queria acolher esta oportunidade, em que V. Exa. traduz o sentimento da população brasileira. Eu também tenho recebido muito... E o nosso partido, praticamente, fechou questão com relação à manutenção do voto presidencial. Então, eu quero externar a minha manifestação antecipada de que vou votar pela manutenção do voto, em consonância com a aspiração coletiva da população.

De outra parte, eu vejo que a Constituição é clara: a iniciativa da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), da LOA (Lei Orçamentária Anual), do PPA (Programa Plurianual) de investimentos é do Executivo, cabendo a esta Casa, ao Congresso Nacional, às duas Casas, a aprovação ou não. Constitucionalmente, a execução orçamentária dar-se-á através dos órgãos setoriais do Executivo. São os ministérios que fazem a execução do orçamento.

Nós não estamos no sistema parlamentarista, e mesmo no parlamentarismo não é o premiê que faz a execução orçamentária, e sim o Presidente. Então, está claro que a própria Constituição assegura ao Presidente da República, aos Governadores dos Estados federados e do Distrito Federal e aos Prefeitos a execução dos seus orçamentos. Então, acho que não é uma questão de um semiparlamentarismo, não. Veja que é uma responsabilidade muito grande do Poder Legislativo fazer a execução orçamentária.

Então, eu queria só me associar à manifestação de V. Exa. e dizer que eu acompanho aqueles que vão votar pela manutenção do voto presidencial.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Porque é um voto justo.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PODEMOS - PI) – Mais do que justo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Para as pessoas que estão nos assistindo e nos ouvindo em casa, se a gente não conseguir manter esse voto amanhã – se Deus quiser, a gente vai conseguir manter, ainda mais com o seu apoio –, mas se a gente não conseguisse manter, R\$30 bilhões – não são milhões, não, que já seria dinheiro demais – do orçamento do Brasil, um orçamento já combalido, já com um déficit em que a gente tem que pegar dinheiro emprestado para cobrir, desse dinheiro, R\$30 bilhões ficariam para o relator do orçamento destinar! Gente, isso não tem o menor cabimento. Onde é que já se viu um negócio desse? Num ano eleitoral, Senador Elmano Férrer, num ano eleitoral! Eu sei que muitos Parlamentares, sabedores da sua responsabilidade, cumpridores dos seus deveres, não iriam aplicar com interesses eleitoreiros, mas a gente não pode deixar de imaginar que alguns iriam fazer isso. A gente não pode. Isso nos leva a uma reflexão, olhando os últimos anos da República. Colocar R\$30 bilhões! E não interessa se vai diminuir para R\$10 bilhões, se vai diminuir para R\$15 bilhões, se vai diminuir para R\$5 bilhões. Nenhum valor é moral com relação a esse orçamento, repito, já em déficit, que vá para a mão de Parlamentar. Não é papel de Parlamentar ficar gerenciando dinheiro. O Parlamentar está aqui – foi eleito por você, povo brasileiro – para fazer leis, para fiscalizar, e não para gerenciar dinheiro. Isso é transcender o papel de um Parlamentar, não tem cabimento. Repito: o déficit do Brasil, do que arrecada, do que gasta, você tem aí, só das despesas obrigatórias, para você ter uma noção do buraco em que nós estamos, pagando a folha, pagando a previdência e pagando algumas despesas obrigatórias das quais não há como fugir, dá 40 bilhões,



Senador Elmano Férrer; são 40 bilhões, você que está em casa ou no trânsito. São 40 bilhões de déficit, que faltam no orçamento brasileiro. E querem pegar desse dinheiro, já emprestado, 30 bilhões, para ficar na mão de Parlamentar num ano eleitoral.

Não é assim. Nós esperamos que amanhã, no Congresso Nacional brasileiro – e essa votação começa pelos Senadores da República –, que seja mantido esse voto. Nós não podemos engessar o Governo Federal, que já não tem nenhuma margem; não podemos engessar ao ponto de não haver mobilidade com os poucos recursos que o Brasil tem no seu orçamento.

Espero sinceramente que amanhã triunfe o bem e a verdade no Congresso Nacional. Que o povo brasileiro acompanhe, sim, essa votação, como acompanhou, em alguns momentos desta Casa, decisões importantes que nós tivemos aqui, como no primeiro dia desta Legislatura, com a eleição do Presidente do Senado. Você viu a mobilização popular, as pessoas paradas em casa, nas ruas, assistindo à eleição do Senado. É importante se manter mobilizado, sim. Se há uma coisa que político respeita é um povo organizado, mobilizado, cobrando. Político respeita.

E que isso cada vez mais se amplie na consciência do Brasil, porque é isso que vai nos tirar desses anos de trevas que a gente vive aqui no Congresso Nacional, com tantos desmandos. Eu acredito que vai ser com essa consciência do povo brasileiro e de muitos Parlamentares, que, como a gente sabe, estão com essa nova vibração para o bem do Brasil, neste momento crucial que a gente vive da Nação.

Para encerrar, Senador Elmano Férrer, esta tarde de sessão que nós estamos tendo aqui no Senado, eu queria deixar uma mensagem de luz, de esperança. Eu não tenho a menor dúvida de que este Brasil vai dar certo. Mais cedo ou mais tarde nós vamos ter o aquecimento da nossa economia; nós vamos ter um Estado menos burocrático, que atrapalhe menos a vida das pessoas, como hoje atrapalha ainda. Nós vamos ter um Estado menor, enxuto, eficiente. É uma questão de tempo isso acontecer, primeiro, repito, pela consciência do povo brasileiro, que a cada dia acompanha o que os seus Parlamentares fazem.

Está entrando na política gente nova. Você que está aí, entre na política! Não apenas cobre, estude, entre na política! É assim que a gente vai mudar. Gente nova, arejar...

Muitos Senadores aqui, colegas nossos, nunca tinham tido nenhuma experiência na política até o ano passado e foram eleitos. No meu caso, é um milagre o que aconteceu. O Presidente do Senado foi o meu principal concorrente para esta cadeira do Estado do Ceará. Eu nunca tinha sido candidato nem a síndico de prédio. Ganhamos a eleição! As pessoas de boa vontade no WhatsApp mandando: "Vai! Vamos votar, vamos trazer gente nova". E eu estou aqui. E quantos podem vir de Vereadores e de Prefeitos neste novo momento? Você que está nos assistindo, já pensou em ser candidato? Já pensou em colaborar pela sua cidade para mudar de verdade, com os seus princípios, com os seus valores?

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Pode ser um caminho.

E o segundo motivo que me dá muita esperança, Senador Elmano, me encaminhando para o encerramento de verdade, é...

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PODEMOS - PI) – V. Exa. tem mais seis minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Muito bom! Não vou usar esse tempo todo. Eu agradeço.

Mas eu não tenho a menor dúvida de quem está no controle. Não sou eu, não é o senhor, não é o Presidente do Senado, não é o Presidente do Brasil. Quem está no controle desta nação é



Deus. E ele tem um plano fabuloso de fraternidade, de progresso, para o Brasil. Ele tem. Não é à toa que nós somos o País mais católico do mundo. Não é à toa que nós somos a Nação mais evangélica do mundo, onde tem mais evangélicos. Não é à toa que nós somos a Nação que mais espíritas tem no mundo; religiões afrodescendentes. É um povo que se respeita, é um povo fantástico, fraterno, que ajuda.

Olha, eu não sei o que seria deste País se não fosse o trabalho das igrejas, tirando as pessoas das ruas, banhando, dando dignidade, trabalho com crianças, trabalho com idosos.

É um povo que reparte o que tem. Temos muito para avançar como povo? Temos. Sabe aquela furadinho na fila que se dá? Estacionar na vaga proibida de idoso, de deficiente físico? Isso é uma forma de nós fazermos uma corrupção. Uma corrupção que Parlamentares fazem em outras esferas, em outras situações. Não é diferente, não. Mas podemos corrigir isso a partir de nós mesmos, a partir de um trabalho pelo bem, de um trabalho pela verdade, respeitando as pessoas, respeitando as regras, as leis.

E como a gente sabe que Jesus é que está no comando de tudo, a gente sabe que o destino desta Nação é um destino esplendoroso. Todo esse sofrimento por que nós passamos como Nação, todos esses aprendizados vão ressurgir com uma Nação justa, fraterna, com muito progresso e ordem, mas vai depender muito da nossa ousadia no bem.

Eu vou encerrar com uma mensagem cujo autor é Humberto de Campos, através do médium Chico Xavier. Olha só que mensagem para inspirar a nossa semana, para inspirar vitórias que teremos no Brasil a partir de amanhã, aqui no Congresso Nacional, com a manutenção do Veto 52.

Em mãos que saibam dominá-lo, o dinheiro é um instrumento útil, mas nunca será tudo, porque, acima dos tesouros perecíveis, está o amor com os seus infinitos recursos.

Nos dias de calma, é fácil provar-se fidelidade e confiança. Não se prova, porém, dedicação, verdadeiramente, senão nas horas tormentosas, em que tudo parece contrariar e perecer.

Servir a Deus é tarefa que deve estar acima de tudo e, por vezes, nesse serviço divino, é natural que desagrademos os mesquinhos interesses humanos.

Se nos labores da vida um companheiro nos parece insuportável, é possível que também algumas vezes sejamos considerados assim.

A morte do corpo é essa mudança indispensável, porque a alma caminhará sempre, através de outras experiências, até que consiga a imprescindível provisão de luz para a estrada definitiva no Reino de Deus, com toda a perfeição conquistada ao longo dos rudes caminhos.

Não percas tempo em discutir o que não seja razoável. Deus não trava contendas com as criaturas e trabalha em silêncio, por toda a Criação.

Basta um pensamento de amor para que te eleves ao céu; mas, na jornada do mundo, também basta, às vezes, uma palavra fútil ou uma consideração menos digna, para que a alma do homem seja conduzida ao estacionamento e ao desespero das trevas, por sua própria imprevidência!

Mensagem de Humberto de Campos, através da psicografia de Chico Xavier.

Uma ótima semana, Senador Elmano. Uma maravilhosa semana a todos os funcionários desta Casa...



(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – ... assessores. E a você, povo brasileiro, ore por nós para que a gente tenha aqui sabedoria, discernimento, que a gente tenha saúde para fazer o que tem que ser feito para esta Nação que a gente ama.

Muito obrigado. Que Jesus nos abençoe a todos.

(Durante o discurso do Sr. Eduardo Girão, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PODEMOS - PI) – Senador Girão, o nobre Senador invocou a Deus, que é o grande arquiteto do universo. Que ele abençoe o nobre Senador, que Deus ilumine o nobre Senador, que Deus o guie. Que você, ou V. Exa. – a amizade que nos une me permite que assim o trate... Que as suas palavras, hoje, no encerramento desta sessão não deliberativa, ecoem em todos os recantos do Brasil.

Que Deus abençoe a todos nós na busca do entendimento, na busca do diálogo, na busca da solidariedade humana, da solidariedade entre os brasileiros. Que nós, Senadores e Senadoras, e esta Casa, o Parlamento brasileiro, coloquemos acima de tudo os interesses nacionais, os interesses das pessoas, sobretudo daquelas mais simples, que precisam da assistência do Estado, das pessoas mais pobres. Que nós nos dispamos de todos os interesses pessoais, políticos, partidários, colocando os interesses da coletividade acima de todas essas divergências.

Creio que, dessa forma, sob as bênçãos de Deus, nós superaremos e tornaremos este País uma grande nação em que todos nos orgulharemos do País em que vivemos. E que vençamos as desigualdades sociais, que vençamos a pobreza. Creio que é através da união, da união de todos, através desse sentimento de brasiliade, desse sentimento de patriotismo, que vamos chegar aonde todos nós almejamos: a uma nação livre, democrática, independente e, sobretudo, desenvolvida, em que todos sintam-se felizes neste País que nós haveremos de construir, a partir desses momentos que estamos vivenciando hoje.

Parabéns a V. Exa.! Que Deus o abençoe, ilumine e guarde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Amém!

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PODEMOS - PI) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaramos encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 58 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 13^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicação



00100.023158/2020

À publicação, nos termos do
ATC Nº 16/2009.

Em 21/03/2020

*Sobrevi S. amto
Maf. 26.791.3*



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Styvenson Valentim

Brasília, 3 de março de 2020

Ofício nº 97/2020 – GSSTYVEN

A Sua Senhoria o Senhor
LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO
Secretário-Geral da Mesa
Senado Federal

Senhor Secretário-Geral,

Comunico a Vossa Senhoria a mudança de endereço de meu escritório de apoio para:

AVENIDA AFONSO PENA, Nº 1206,
BAIRRO: TIROL, NATAL-RN
CEP: 59.020-265.

Por oportuno, solicito a mudança do endereço no *site* do Senado Federal na internet.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
SENADOR STYVENSON VALENTIM

Praça dos Três Poderes – Senado Federal –Ala Afonso Arinos – Gabinete 4 – CEP: 70165-900 | Brasília-DF
Telefone: +55 (61) 3303-1148



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7FFF2E140034D4
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C32704A100351060.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Encaminhamento de matérias



Os documentos seguintes foram recebidos pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhados às Comissões competentes, que os disponibilizarão nas respectivas páginas no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
OF. 25/2020	Encaminha, nos termos do art. 22, inciso III da Lei 13.848/2019, o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, do ano de 2019.	Agência Nacional de Saúde Suplementar	CTFC
AV. 102/2020	Encaminha cópia do Acórdão nº 47/2020 - TCU, que trata de acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGFs) referentes ao 2º quadrimestre de 2019 (TC-033.615/2019-5).	Tribunal de Contas da União	CTFC
OF. 21266/2020	Encaminha, em cumprimento ao previsto no art. 41, inciso IV, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Relatório Anual com informações atinentes à implementação da mencionada Lei no âmbito do Poder Executivo Federal, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.	Controladoria-Geral da União	CTFC
AV. 91/2020	Encaminha cópia do Acórdão nº 176/2020 - TCU, que trata de monitoramento do cumprimento ao item 9.3 do Acórdão 2.366/2017 (TC-039.785/2018-1).	Tribunal de Contas da União	CTFC
OF. 4/2020	Encaminha, nos termos do § 6º, artigo 22, da Lei 13.848/2019, o Relatório da Ouvidoria da Anatel referente ao exercício de 2019.	Agência Nacional de Telecomunicações	CTFC



O documento seguinte foi recebido pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhado à Comissão competente, que o disponibilizará na respectiva página no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
OF. 45879/2020	Informa, nos termos do art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, a publicação em meio eletrônico dos demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Economia, bem como das tabelas demonstrativas da posição de endividamento do Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referentes ao mês de janeiro de 2020.	Ministério da Economia	CAE



Recurso





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

RECURSO N° 5 DE 2020

Senhor Presidente,

Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I da Constituição Federal e do art. 91, § 3º do Regimento Interno do Senado Federal, que o PL 5833/2019, que dispõe sobre o serviço de retransmissão de televisão e altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para estabelecer a obrigatoriedade da retransmissão diária de informações oficiais dos Poderes da República pelos canais de televisão aberta, deliberado terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2020.

Senadora Soraya Thronicke
(PSL - MS)

Página: 1/2 18/02/2020 11:12:16

cd5d66092914c1b527300a4efef9546a532b50e

SF20015.75579-24 (LexEdit)

Nome do Senador	Assinatura
Soraya Thronicke	
MARINA OLIMPIO	
EDUARDO GOLDEMBERG	
WASIEL	
PLÍNIO VELÉS	
ACARROMÉL	

Recebido em 21/2/20
Hora: 12:30

Ricardo Bressan Salumha - Mat. 315749
GRAMATICA



Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I da Constituição Federal e do art. 91, § 3º do Regimento Interno do Senado Federal, que o PL 5833/2019, que dispõe sobre o serviço de retransmissão de televisão e altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para estabelecer a obrigatoriedade da retransmissão diária de informações oficiais dos Poderes da República...

Nome do Senador	Assinatura
<i>Jair Bolsonaro</i> E. AMIN	<i>Jair Bolsonaro</i>
Luis Carlos Heinze	<i>Luis Carlos Heinze</i>
Flávio Bolsonaro	<i>Flávio Bolsonaro</i>



SF20015.75579-24 (LexEdit)

Página: 2/2 18/02/2020 11:12:16

cd5d66609a2914c1b527300a4efef9546a532b50e



A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 15, DE 2020

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a informação referente à renovação da autorização outorgada à ACADEMIA CULTURAL DE SANTA HELENA – ACULT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Helena, Estado do Paraná, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2019.

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática



[Página da matéria](#)

**REQ
00015/2020**

REQUERIMENTO N° , DE 2020

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à ACADEMIA CULTURAL DE SANTA HELENA – ACULT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Helena, Estado do Paraná, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2019:~

histórico da composição da Diretoria da entidade de 2015 até a presente data.

Sala da Comissão,

,
Presidente

,
Relator





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 26, DE 2020

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2019, que Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Academia Cultural de Santa Helena - ACULT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Helena, Estado do Paraná.

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso

RELATOR: Senador Oriovisto Guimarães

19 de Fevereiro de 2020



PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2019, que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à ACADEMIA CULTURAL DE SANTA HELENA – ACULT para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Helena, Estado do Paraná.*

SF/20943.24483-03

RELATOR: Senador **ORIOVISTO GUIMARÃES**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 178, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à ACADEMIA CULTURAL DE SANTA HELENA – ACULT para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Helena, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.



II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com relação à legalidade, entretanto, alguns aspectos da proposição demandam análise mais apurada.

A documentação que instrui a matéria somente informa a composição da Diretoria da entidade até o ano de 2015, e registra que AIRTON ANTONIO COPATTI seria diretor.

SF/20943-24483-03

fq2019-13725

Página 5 de 8

Parte integrante do Avulso do REQ 15/2020 - CCT.



De acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), AIRTON ANTONIO COPATTI foi eleito prefeito do Município de Santa Helena, Estado do Paraná, em 2016, e exerce o cargo de presidente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) desde outubro de 2019.

Dessa maneira, é necessário conhecer a composição da diretoria da entidade de 2015 até a presente data, a fim de avaliar a ocorrência de vinculação vedada pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrerestamento da tramitação do PDL nº 178, de 2019, nos termos do art. 335 do Risf.

REQUERIMENTO N° , DE 2020

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização outorgada à ACADEMIA CULTURAL DE SANTA HELENA – ACULT para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Helena, Estado do Paraná, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2019:~

– histórico da composição da Diretoria da entidade de 2015 até a presente data.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

fq2019-13725

Página 6 de 8

Parte integrante do Avulso do REQ 15/2020 - CCT.





Relatório de Registro de Presença

CCT, 19/02/2020 às 10h - 2ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)

TITULARES	SUPLENTES
RENAN CALHEIROS	1. CONFÚCIO MOURA
EDUARDO GOMES	2. DÁRIO BERGER
DANIELLA RIBEIRO	3. LUIZ DO CARMO
VANDERLAN CARDOSO	4. MAILZA GOMES

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)

TITULARES	SUPLENTES
IZALCI LUCAS	1. MARA GABRILLI
RODRIGO CUNHA	2. PLÍNIO VALÉRIO
JUÍZA SELMA	3. MAJOR OLÍMPIO

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)

TITULARES	SUPLENTES
ALESSANDRO VIEIRA	1. FLÁVIO ARNS
ELIZIANE GAMA	2. KÁTIA ABREU
WEVERTON	3. ACIR GURGACZ

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

TITULARES	SUPLENTES
JEAN PAUL PRATES	1. FERNANDO COLLOR
PAULO ROCHA	2. ROGÉRIO CARVALHO

PSD

TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. CARLOS VIANA
ANGELO CORONEL	2. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)

TITULARES	SUPLENTES
CHICO RODRIGUES	1. ZEQUINHA MARINHO
WELLINGTON FAGUNDES	2. VAGO

PODEMOS

TITULARES	SUPLENTES
ORIOVISTO GUIMARÃES	1. STYVENSON VALENTIM

Não Membros Presentes

FLÁVIO BOLSONARO
LUIZ PASTORE
LASIER MARTINS
NELSINHO TRAD
LUIZ CARLOS HEINZE
PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDL 178/2019)

NA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER PRELIMINAR DA CCT PELA APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

19 de Fevereiro de 2020

Senador VANDERLAN CARDOSO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 16, DE 2020

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a informação referente à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A CULTURA, ESPORTE E LAZER DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé do Araguaia, Estado de Tocantins, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2019.

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática



[Página da matéria](#)

**REQ
00016/2020**

REQUERIMENTO N° , DE 2020

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A CULTURA, ESPORTE E LAZER DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé do Araguaia, Estado de Tocantins, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2019:

- documento informando se há ou não na localidade registro de fiscalização por operação clandestina.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 25, DE 2020

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2019, que Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Apoio a Cultura, Esporte e Lazer de Santa Fé do Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé do Araguaia, Estado do Tocantins.

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso

RELATOR: Senador Eduardo Gomes

19 de Fevereiro de 2020





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Gomes

SF/19744.50652-00


PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2019, que *aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A CULTURA, ESPORTE E LAZER DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé do Araguaia, Estado de Tocantins.*

RELATOR: Senador EDUARDO GOMES

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 192, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A CULTURA, ESPORTE E LAZER DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé do Araguaia, Estado de Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao Presidente da República, documento que integra



os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

SF/19744.50652-00

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Portaria do Ministério das Comunicações (MC) nº 4.334, de 17 de setembro de 2015.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223



da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observase que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Nada obstante, entendo pertinente encaminhar requerimento de informações à Pasta competente para complementar a instrução do feito, já que não foi localizado nos autos do processo documento informando se há ou não na localidade registro de fiscalização por operação clandestina, conforme identificado pelo Parecer nº 205/2016/SEI-MC, de 18 de março de 2016, exarado por sua Consultoria Jurídica.

SF/19744.50652-00

III – VOTO

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 192, de 2019, nos termos do art. 335 do RISF:

REQUERIMENTO N° , DE 2019

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO A CULTURA, ESPORTE E LAZER DE SANTA FÉ DO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Fé do Araguaia, Estado de Tocantins, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2019:

- documento informando se há ou não na localidade registro de fiscalização por operação clandestina.



5
4

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/19744.50652-00





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 19/02/2020 às 10h - 2ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)

TITULARES	SUPLENTES
RENAN CALHEIROS	1. CONFÚCIO MOURA
EDUARDO GOMES	2. DÁRIO BERGER
DANIELLA RIBEIRO	3. LUIZ DO CARMO
VANDERLAN CARDOSO	4. MAILZA GOMES

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)

TITULARES	SUPLENTES
IZALCI LUCAS	1. MARA GABRILLI
RODRIGO CUNHA	2. PLÍNIO VALÉRIO
JUÍZA SELMA	3. MAJOR OLÍMPIO

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)

TITULARES	SUPLENTES
ALESSANDRO VIEIRA	1. FLÁVIO ARNS
ELIZIANE GAMA	2. KÁTIA ABREU
WEVERTON	3. ACIR GURGACZ

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

TITULARES	SUPLENTES
JEAN PAUL PRATES	1. FERNANDO COLLOR
PAULO ROCHA	2. ROGÉRIO CARVALHO

PSD

TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. CARLOS VIANA
ANGELO CORONEL	2. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)

TITULARES	SUPLENTES
CHICO RODRIGUES	1. ZEQUINHA MARINHO
WELLINGTON FAGUNDES	2. VAGO

PODEMOS

TITULARES	SUPLENTES
ORIOVISTO GUIMARÃES	1. STYVENSON VALENTIM

Não Membros Presentes

FLÁVIO BOLSONARO
 LUIZ PASTORE
 LASIER MARTINS
 NELSINHO TRAD
 LUIS CARLOS HEINZE
 PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDL 192/2019)

NA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER PRELIMINAR DA CCT PELA APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

19 de Fevereiro de 2020

Senador VANDERLAN CARDOSO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 17, DE 2020

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informações referentes à autorização outorgada à UNIÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA REGIÃO SUL DE PALMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado de Tocantins, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2019.

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática



[Página da matéria](#)

**REQ
00017/2020**

REQUERIMENTO N° , DE 2020

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à autorização outorgada à UNIÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA REGIÃO SUL DE PALMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado de Tocantins, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2019:

- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;
- cópia do requerimento de outorga, assinado pelos dirigentes da entidade, declarando que todos possuem bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q*, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei da Ficha Limpa).

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 28, DE 2020

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2019, que Aprova o ato que outorga autorização à União dos Moradores e Amigos da Região Sul de Palmas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado de Tocantins.

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso

RELATOR: Senador Eduardo Gomes

19 de Fevereiro de 2020





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Gomes

SF/19975.12992-66

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2019 (nº 1.076, de 2018, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA REGIÃO SUL DE PALMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado de Tocantins.*

RELATOR: Senador EDUARDO GOMES

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 475, de 2019 (nº 1.076, de 2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA REGIÃO SUL DE PALMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado de Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.



O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.



SF/19975.12992-66

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

O serviço de radiodifusão comunitária (RadCom) encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Portaria do Ministério das Comunicações (MC) nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, alterada pela Portaria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) nº 1.909, de 5 de abril de 2018.

O art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, veda à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Já o inciso III do art. 132 da Portaria nº 4.334, de 2015, determina que a renovação será indeferida quando for constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo, ou quando algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.



Como não foi localizada, nos autos do processo, a comprovação inequívoca das referidas exigências normativas, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, para preencher essas lacunas.



SF/19975.12992-66

III – VOTO

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobremento da tramitação do PDL nº 475, de 2019, nos termos do art. 335 do Risf.

REQUERIMENTO N° , DE 2019

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à autorização outorgada à UNIÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA REGIÃO SUL DE PALMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado de Tocantins, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2019:

- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;
- cópia do requerimento de outorga, assinado pelos dirigentes da entidade, declarando que todos possuem bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n,



o, p e q, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei da Ficha Limpa).

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/19975.12992-66





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 19/02/2020 às 10h - 2^a, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)

TITULARES	SUPLENTES
RENAN CALHEIROS	1. CONFÚCIO MOURA
EDUARDO GOMES	2. DÁRIO BERGER
DANIELLA RIBEIRO	3. LUIZ DO CARMO
VANDERLAN CARDOSO	4. MAILZA GOMES

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)

TITULARES	SUPLENTES
IZALCI LUCAS	1. MARA GABRILLI
RODRIGO CUNHA	2. PLÍNIO VALÉRIO
JUÍZA SELMA	3. MAJOR OLÍMPIO

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)

TITULARES	SUPLENTES
ALESSANDRO VIEIRA	1. FLÁVIO ARNS
ELIZIANE GAMA	2. KÁTIA ABREU
WEVERTON	3. ACIR GURGACZ

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

TITULARES	SUPLENTES
JEAN PAUL PRATES	1. FERNANDO COLLOR
PAULO ROCHA	2. ROGÉRIO CARVALHO

PSD

TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. CARLOS VIANA
ANGELO CORONEL	2. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)

TITULARES	SUPLENTES
CHICO RODRIGUES	1. ZEQUINHA MARINHO
WELLINGTON FAGUNDES	2. VAGO

PODEMOS

TITULARES	SUPLENTES
ORIOVISTO GUIMARÃES	1. STYVENSON VALENTIM

Não Membros Presentes

FLÁVIO BOLSONARO
 LUIZ PASTORE
 LASIER MARTINS
 NELSINHO TRAD
 LUIS CARLOS HEINZE
 PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDL 475/2019)

NA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER PRELIMINAR DA CCT, PELA APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

19 de Fevereiro de 2020

Senador VANDERLAN CARDOSO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 18, DE 2020

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informações referentes à permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 594, de 2019.

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática



[Página da matéria](#)

**REQ
00018/2020**

REQUERIMENTO N° , DE 2020

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 594, de 2019:

- ato constitutivo da Universidade Federal do Pampa e seus estatutos;
- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade;
- prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente;
- prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL);
- certidões negativas cíveis e criminais das Justiças estadual, distrital, federal e eleitoral relativas aos dirigentes da entidade, e certidões de protestos de títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde os dirigentes exerçam, ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas; e,



- declaração de que os dirigentes da entidade não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 27, DE 2020

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 594, de 2019, que Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Federal do Pampa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Sant'ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso

RELATOR: Senador Oriovisto Guimarães

19 de Fevereiro de 2020



PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 594, de 2019 (nº 1.002, de 2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Sant'ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.

SF/2063545022-80

RELATOR: Senador **ORIOVISTO GUIMARÃES**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 594, de 2019 (nº 1.002, de 2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Sant'ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de



Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações – CBT). A Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), regulamenta a matéria no âmbito infralegal.

As normas aplicáveis exigem a apresentação de uma vasta documentação a ser fornecida pela entidade interessada pela execução do serviço de radiodifusão sonora com fins educativos.

Nesse sentido, em que pese a confirmação, pelo MCTIC, da conformidade da habilitação e outorga da Universidade Federal do Pampa, não foi possível identificar, nos autos do processo, alguns documentos previstos na regulamentação específica.

SF/20635/45022-80



mu 2019-16546

Página 6 de 10

Parte integrante do Avulso do REQ 18/2020 - CCT.



III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrerestamento da tramitação do PDL nº 594, de 2019, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

REQUERIMENTO N° , DE 2020

SF/2063545022-80

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 594, de 2019:

- ato constitutivo da Universidade Federal do Pampa e seus estatutos;
- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- prova de inscrição no cadastro de contribuintes, estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da entidade;
- prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente;
- prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL);
- certidões negativas cíveis e criminais das Justiças estadual, distrital, federal e eleitoral relativas aos dirigentes da entidade, e certidões de protestos de títulos, dos locais de residência nos

mu 2019-16546

Página 7 de 10

Parte integrante do Avulso do REQ 18/2020 - CCT.



últimos cinco anos e dos locais onde os dirigentes exerceam, ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas; e,

- declaração de que os dirigentes da entidade não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/2063545022-80

mu 2019-16546

Página 8 de 10

Parte integrante do Avulso do REQ 18/2020 - CCT.





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 19/02/2020 às 10h - 2^a, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)

TITULARES	SUPLENTES
RENAN CALHEIROS	1. CONFÚCIO MOURA
EDUARDO GOMES	2. DÁRIO BERGER
DANIELLA RIBEIRO	3. LUIZ DO CARMO
VANDERLAN CARDOSO	4. MAILZA GOMES

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)

TITULARES	SUPLENTES
IZALCI LUCAS	1. MARA GABRILLI
RODRIGO CUNHA	2. PLÍNIO VALÉRIO
JUÍZA SELMA	3. MAJOR OLÍMPIO

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)

TITULARES	SUPLENTES
ALESSANDRO VIEIRA	1. FLÁVIO ARNS
ELIZIANE GAMA	2. KÁTIA ABREU
WEVERTON	3. ACIR GURGACZ

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

TITULARES	SUPLENTES
JEAN PAUL PRATES	1. FERNANDO COLLOR
PAULO ROCHA	2. ROGÉRIO CARVALHO

PSD

TITULARES	SUPLENTES
AROLDE DE OLIVEIRA	1. CARLOS VIANA
ANGELO CORONEL	2. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)

TITULARES	SUPLENTES
CHICO RODRIGUES	1. ZEQUINHA MARINHO
WELLINGTON FAGUNDES	2. VAGO

PODEMOS

TITULARES	SUPLENTES
ORIOVISTO GUIMARÃES	1. STYVENSON VALENTIM

Não Membros Presentes

FLÁVIO BOLSONARO
LUIZ PASTORE
LASIER MARTINS
NELSINHO TRAD
LUIZ CARLOS HEINZE
PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDL 594/2019)

NA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER PRELIMINAR DA CCT PELA APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

19 de Fevereiro de 2020

Senador VANDERLAN CARDOSO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática



Apresentados os Requerimentos nºs 15 a 18, de 2020-CCT, de informação ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Os Requerimentos vão à Mesa, para decisão.



Término de prazos



Encerrou-se em 21 de fevereiro o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei nºs 3.113 e 5.106, de 2019. Não foram apresentadas emendas. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se em 21 de fevereiro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 435, de 2016; 176 e 218, de 2018; e do Projeto de Lei nº 1.376, de 2019. Não houve interposição de recursos. Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se em 21 de fevereiro o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 95, de 2016; 74 e 219, de 2017. Não houve interposição de recurso. Tendo sido rejeitados terminativamente pela CCT, as matérias vão ao Arquivo. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
S/Partido - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olímpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

PSD - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-CIDADANIA - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
PODEMOS - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
PODEMOS - Eduardo Girão**
Bloco-PDT - Prisco Bezerra** (S)

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Luiz Pastore* (S)
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Orio visto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Paulo Albuquerque** (S)
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 21

MDB-14 / PP-6 / REPUBLICANOS-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz Pastore.	MDB / ES
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 12

PATRIOTA / PDT-4 / CIDADANIA-3 / REDE-3

PSB-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Prisco Bezerra.	PDT / CE
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PSD - 10

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Paulo Albuquerque.	AP
Sérgio Petecão.	AC

PODEMOS - 10

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Juíza Selma.	MT
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Reguffe.	DF
Romário.	RJ
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 9

PSDB-7 / PSL-2

Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Major Olimpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

S/Partido - 1

Flávio Bolsonaro. RJ

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	21
Bloco Parlamentar Senado Independente.	12
PSD.	10
PODEMOS.	10
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Albuquerque** (PSD-AP)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Prisco Bezerra** (PDT-CE)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	José Maranhão* (MDB-PB)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Juíza Selma** (PODEMOS-MT)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PDT-TD)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (PSB-DF)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luiz Pastore* (MDB-ES)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Major Olímpio** (PSL-SP)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Bolsonaro** (S/Partido-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSD-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (S/Partido-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 21</p> <p>Líder Esperidião Amin - PP (30)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 14 Eduardo Braga (4,29,37)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (45)</p> <p>Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (10)</p> <p>Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (7)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (14)</p>	<p>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 9</p> <p>Líder Rodrigo Cunha - PSDB (33,46)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 7 Roberto Rocha (21)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (34,40) Rodrigo Cunha (33,46)</p> <p>Líder do PSL - 2 Major Olímpio (6)</p> <p>Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (55)</p>	<p>Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA/PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 12</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (24)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PATRIOTA - 0</p> <p>Líder do PDT - 4 Weverton (9)</p> <p>Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (2)</p> <p>Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (43)</p> <p>Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (20)</p> <p>Vice-Líder do REDE Fabiano Contarato (56)</p> <p>Líder do PSB - 2 Leila Barros (53)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (38)</p> <p>Vice-Líder Zenaide Maia (15,31)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6 Rogério Carvalho (12,35)</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota (22)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (15,31)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (16)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (11,18) Jorginho Mello (1,17) Zequinha Marinho (19,32)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (11,18)</p> <p>Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (44)</p> <p>Líder do PL - 2 Jorginho Mello (1,17)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (19,32)</p>	<p>PSD - 10</p> <p>Líder Otto Alencar - PSD (3)</p> <p>Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p>
<p>PODEMOS - 10</p> <p>Líder Alvaro Dias - PODEMOS (5)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão (25,47) Oriovisto Guimarães (26,49)</p>	<p> Maioria</p> <p>Líder Eduardo Braga - MDB (4,29,37)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (36)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (42,54) Elmano Férrer (39) Izalci Lucas (34,40) Chico Rodrigues (41)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (20)</p>		

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
4. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
5. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).



6. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
7. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
8. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
9. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
10. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
11. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
12. Em 04.02.2020, o Senador Rogério Carvalho foi indicado líder do PT (Of. 8/2020-GLDPT).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
14. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
15. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
16. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
19. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
20. Em 06.02.2019, o Senador Randolph Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
21. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
22. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
23. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
24. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
25. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL (Of. s/n).
26. Em 13.02.2019, o Senador Orovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
27. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
30. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
31. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1º vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
32. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
33. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
35. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
36. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
37. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
38. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
39. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
43. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
44. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
45. Em 28.06.2019, o Senador Mário Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB)
46. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. s/n).
47. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 10.07.2019, o Senador Orovisto Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSJKAJUR).
51. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
52. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSJKAJUR).
53. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
54. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)
55. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
56. Em 23.10.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado vice-líder da REDE (Of. 48/2019/GLREDE).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Prazo final: 18/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos.

RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾

Instalação: 05/11/2019

Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (1)

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (1)

Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)

Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (1)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (1)

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (2)

Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLIO).
2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.
3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLIO).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): (61) 3303-3492



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE
Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 03/08/2020

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (2)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (6)	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (7)	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (7)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4)	1.
PODEMOS	
Senador Eduardo Girão (CE) (5)	1. Senador Marcos do Val (ES) (5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	1.
PSD	
Senador Otto Alencar (BA) (1)	1. Senador Nelsinho Trad (MS) (1)

Notas:

- *. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.
- 1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD).
- 2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB).
- 3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG).
- 4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB).
- 5. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).
- 6. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).



7. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).

8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).

Secretário(a): Leandro Bueno
Telefone(s): 3303-4854



2) CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	1.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (13)	1. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) (8,33)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (13)	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (8)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8,32)	4. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) (14,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (8,28,31)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (15,34,37)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (17)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) (3,35)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (7)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)
PSD	
Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Otto Alencar (2,26)
Senador Carlos Viana (2,25)	2. Senador Paulo Albuquerque (2,36)
Senador Irajá (2)	3. Senador Angelo Coronel (2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4,29,30)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).



2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zéquinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. nº 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
30. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
31. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
32. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
33. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
34. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
35. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 155/2019-GLBSI).
36. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
37. Em 06.02.2020, o Senador Major Olímpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL).



Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13
Telefone(s): 6133034344
E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)	3. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) (8,20,25)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (7,23)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6)
Senador Romário (PODEMOS-RJ) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (6)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15,23)	4. Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) (24)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2,28)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) (2,26)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (2,28)	4. VAGO (2,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (17)	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá (1)	2. Senador Paulo Albuquerque (1,13,27)
Senador Otto Alencar (13)	3. Senador Sérgio Petecão (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº4/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).	



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSL).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).
23. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
24. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSD).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
26. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLB).
27. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
28. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular em permuta com a Senadora Eliziane Gama, que passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 003/2020-BLSENIND).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentin (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentin, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

(Requerimento 2, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,23)	4. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) (9,51)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO (7,57)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (7,32,39,43,55,56)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (8,48,49,50)	5. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (14,46)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (13,46)	6. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15,47)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)
Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) (3,54)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,25,26,52,53)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,16,18)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,16,19,36,37,44)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,18,45)
PSD	
Senador Antonio Anastasia (2,58)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Arolde de Oliveira (2)	3. Senador Otto Alencar (2,58)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mécias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioívisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Orioívisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Orioívisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Orioívisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
44. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
45. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
46. Em 25.09.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
47. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
48. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
49. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
50. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
51. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
52. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
53. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
54. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
55. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB).
56. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB).
57. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
58. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (14)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (15)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (24)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)	6.
Senador Luiz Pastore (MDB-ES) (11,26)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (12)	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (13)
	6. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) (22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,21,28)
Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) (3,27)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3,21)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (17)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Irajá (1,23)	2. VAGO (1,25)
Senador Sérgio Petecão (1)	3. Senador Carlos Viana (1,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (18)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (20)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolph Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
23. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permudam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
24. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
25. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).
27. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
28. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) (16,17)
Senador Luiz Pastore (MDB-ES) (10,24)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (17)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	1. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (11)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (9)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (15)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (20)	4. VAGO (20,23)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senador Prisco Bezerra (PDT-CE) (19,21,25)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7)
PSD	
Senador Paulo Albuquerque (2,22,26)	1. Senador Carlos Viana (2,22)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Omar Aziz (2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (12)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparto foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
23. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
24. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
25. Em 04.02.2020, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 002/2019-GLBSI).
26. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

(Requerimento 53, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Styvenson Valente (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Instalação: 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valente (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valente e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)
2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valente como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (28)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (25)	5. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) (30)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (6,27)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8,26)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (11,27)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (12,26)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3,29,31)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3. VAGO (21,33)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Paulo Albuquerque (1,32)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (24)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (22)	2.

Notas:

- * A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº 20/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- 7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
- 8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- 9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- 10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, os Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3^a suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2^a suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
25. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
26. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
27. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL).
28. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
29. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
30. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
31. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
32. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
33. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (1)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (10)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (10)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (10)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (5,22)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO (8,31)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8,27,29)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8)	2. Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) (14)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (13)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,17,21)	1. VAGO (7)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (23)	
PSD	
Senador Nelsinho Trad (2)	1. Senador Arolde de Oliveira (2)
Senador Antonio Anastasia (2,30)	2. Senador Angelo Coronel (2,30)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Marcos do Val (20,26)	1. Senador Elmano Férrer (20,26,28)

Notas:

- *. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- 12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- 8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).



9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).
27. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
28. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
29. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
30. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
31. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegera o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (8)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (15)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)	6. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (6)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (10,20,24)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (16)	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (11)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
VAGO (3,23)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)
	3.
PSD	
Senador Paulo Albuquerque (2,22)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Carlos Viana (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
PODEMOS (18)	
VAGO (19,21)	1. Senador Oriorvisto Guimarães (19)
Senador Elmano Férrer (19)	2. Senador Lasier Martins (19)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
20. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
21. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
24. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,11)
VAGO ^(5,13)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁶⁾
	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(3,18,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Paulo Albuquerque ^(2,24)	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Eduardo Girão ^(20,25)	1. Senador Styvenson Valentim ⁽²⁰⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão (Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
23. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
25. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

(Requerimento 12, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

Prazo final: 22/12/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Albuquerque (PSD-AP) ^(1,4)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).
4. Em 12.02.2020, o senador Paulo Albuquerque foi indicado membro titular, em substituição ao senador Lucas Barreto na subcomissão (Of. nº 21/2020-CDR).

*. Em 10.02.2020, fica prorrogado o prazo final do Colegiado, até o final da presente sessão legislativa (Of. 13/2020-CDR/PRES)

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (8)	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (13)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (14)	3. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (16,22,24)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (2)	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PSD	
Senador Paulo Albuquerque (1,23)	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1,20,21)
Senador Sérgio Petecão (1)	2. Senador Angelo Coronel (1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
7. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE).
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (10)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (10)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (10)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (20)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (21)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (2)	1. Senador Carlos Viana (2,3)
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (24)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Oriovisto Guimarães (19)	1. Senador Styvenson Valentim (19)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).	
10. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).	
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
12. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).	



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
24. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Alvaro Dias ^(11,13)	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

- *. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- 3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- 6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- 7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- 8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- 9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- 10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- 11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- 12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).
- 13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Andréia Mano
Telefone(s): 61 3303-4488
E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (6)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (6)
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (6)	3. Senador Luiz Pastore (MDB-ES) (6,12,26)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (5)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5,14)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (21)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
VAGO (2,27)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1)	1. VAGO (1,23)
Senador Otto Alencar (1)	2. Senador Omar Aziz (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (3)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (8)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (15,16,17)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Reguffe (19,24)	1. Senador Styvenson Valentim (19,20,25)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).	
7. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).	
8. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).	
9. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).	
10. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).	
11. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).	

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
24. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
25. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
26. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
27. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	7ª Eleição Geral: 14/07/2009
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
Senador Major Olímpio (PSL-SP)	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

